

CONSTRUINDO O PARANÁ DO FUTURO

Relatório Local Voluntário sobre
os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável



CONSTRUINDO O PARANÁ DO FUTURO

Relatório Local Voluntário sobre
os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

Estado do Paraná – Brasil, 2025.

Publicação em formato digital,
disponível em:

<https://www.sgdes.pr.gov.br/Pagina/Relatorios>

Equipe Técnica

Adriana Lima Domingos (TCEPR) – Coordenação
Luciana Marins (SGDES)
Mariam El Tasse (SGDES)

Apoio:

Christiano Eduardo Ferreira (TCEPR)
Juan Zava Loss (TCEPR)
Julia Serafim (TCEPR)
Pedro Roriz Furiati Muller (TCEPR)

Diagramação:

Diretoria de Comunicação Social – Núcleo de Imagem (TCEPR)

Mensagens das autoridades



**MENSAGEM DO
GOVERNADOR DO ESTADO**

**CARLOS MASSA
RATINHO JUNIOR**

O papel crucial de cidades e regiões no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vem sendo valorizado de forma crescente a cada novo ciclo de avaliação dos resultados atingidos pelos países membros das Nações Unidas. Estima-se que cerca de 60% das metas da Agenda 2030 não serão atingidas sem o engajamento de governos regionais e locais, dadas suas responsabilidades no bem-estar das pessoas, o volume de investimentos em políticas chave e a prestação direta de serviços públicos.

Ao mesmo tempo, os governos locais são premidos por assuntos urgentes e vivem com maior força os impactos de crises sociais e ambientais, inclusive aquelas geradas muito longe de seu território, o que impõe desafios adicionais no planejamento de longo prazo e exige uma abordagem sistêmica, coordenada e cooperativa de desenvolvimento.

O comprometimento do Governo do Paraná com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reflete o compromisso político para o qual fui eleito governador, agora em segundo mandato: garantir qualidade de vida a todos os paranaenses, incluindo crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, de modo integrado e sem comprometer as condições de vida das gerações futuras. Nossa visão é a de que os ODS, para além dos resultados que almejam, criam condições para a redução de desigualdades dentro do território e meios para o fortalecimento de políticas transversais e resiliência.

Tenho orgulho de patrocinar uma estratégia de ação regional que consiste em arranjo multisetorial, integra diferentes esferas de governo e mobiliza recursos e esforços para construir o Paraná do futuro.

Agradeço às instituições parceiras e desejo que esta publicação, além de marcar com transparência e responsabilidade o acompanhamento dos ODS no Estado, promova o diálogo e a troca de experiências para a superação de nossos desafios comuns.



**MENSAGEM DA
SUPERINTENDENTE GERAL
DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

KELI GUIMARÃES

Tenho a honra de conduzir a estratégia de implementação dos ODS no Estado do Paraná, essa terra de mais de 11 milhões de pessoas que geram a quarta maior riqueza do Brasil e detêm também o quinto lugar em desenvolvimento humano, entre os 26 estados e o Distrito Federal do país.

Reconheço que partimos de condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável: nossa história é de integração social e respeito ao ambiente natural que nos provê prosperidade: temos tradição na acolhida de imigrantes desde a nossa formação, garantimos vagas no ensino superior aos povos indígenas de nossa terra; lideramos rankings de exportações agropecuárias ao mesmo tempo em que preservamos o maior remanescente de Mata Atlântica do país - cerca de 6 milhões de hectares, e nossas fontes de energia renováveis superam em mais que o dobro aquelas dos países da OCDE. A imagem do Homem Pinheiro na capa deste relatório busca ilustrar a tradição cultural de integração do povo paranaense com seu ambiente natural.

No entanto enfrentamos disparidades entre os nossos 399 municípios e desafios persistentes comuns a outros estados brasileiros e à América do Sul, além da necessidade de nos prepararmos para absorver as megatendências globais, tais como a emergência climática e o envelhecimento da população, por exemplo.

A partir da vontade política e do caráter inovador do Governo do Estado na adoção dos objetivos da Agenda 2030, impulsionamos a criação de estruturas de governança, desenvolvemos ferramentas para melhorar o planejamento, a execução e o acompanhamento de políticas públicas, vimos incrementando capacidades e relações entre o Estado e outras instâncias de poder e da sociedade civil. Saímos todos ganhando.

Nesse contexto este relatório representa mais um importante passo em direção à superação dos nossos desafios e da inserção do Paraná no diálogo mundial sobre nossos objetivos de desenvolvimento comum, que independem da realidade de comunidades específicas.. O que desejamos é que ele seja um instrumento de reflexão e aprendizado, além de um chamado aos novos prefeitos e a todos os paranaenses para juntos construirmos o Paraná do futuro.



**MENSAGEM DO CONSELHEIRO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

**FERNANDO AUGUSTO
MELLO GUIMARÃES**

(biênio 2023-2024)

O potencial e as diferentes formas de contribuição dos Tribunais de Contas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm recebido atenção da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI) desde a aprovação da Agenda 2030. Não apenas pela capacidade de contribuir especificamente para a garantia de instituições mais eficazes, transparentes e responsáveis (ODS 16), uma condição fundamental para o modelo de desenvolvimento proposto, mas também porque essas instituições têm expertise para a realização de auditorias de preparação ou de desempenho de políticas-chave para o atingimento dos ODS, além de contarem com ferramentas e recursos únicos.

No nível local as atividades de controle externo assumem uma importância ainda maior: constituem-se em preciosa fonte de informações sobre as políticas públicas, disseminador de boas práticas, agentes de capacitação, orientação e indução de melhorias na gestão pública. Se é localmente que as necessidades dos cidadãos são expostas e satisfeitas, também é principalmente nas cidades que se operam mecanismos de participação social e *accountability*: a prestação de contas e a responsabilização.

Temos clareza de que a abordagem integrada e multidimensional do desenvolvimento sustentável impulsiona o fortalecimento das instituições, e notamos que no Brasil, assim como em outros países-membros da ONU, os ODS e suas metas coincidem com dispositivos jurídico-normativos, de modo que sua implementação dá efetividade à garantia de direitos previstos à sociedade.

Assumimos nossa responsabilidade na construção do Paraná mais justo, sustentável e resiliente e, com isso, vimos sendo pioneiros na atuação regional-local dos Tribunais de Contas pela Agenda 2030. É, assim, com satisfação que participamos da entrega deste relatório.

Sumário Executivo



Este documento comunica os esforços do Estado do Paraná na territorialização da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), destacando ações da Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social da Casa Civil do Governo do Estado (SGDES) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), no âmbito da Estratégia Paraná de Olho nos ODS.

Nele são apresentados os principais mecanismos que estão sendo mobilizados para a implementação local dos ODS no Estado e a análise da trajetória de mais de cinquenta indicadores ODS baseados no quadro global, desagregados regionalmente.

Os objetivos do relatório consistem em informar e sensibilizar a sociedade em geral e as administrações municipais, em particular, para que se engajem na abordagem integrada das dimensões social, econômica e ambiental dos desafios de nosso tempo e para que participem da definição de prioridades de médio e longo prazo, da elaboração e do acompanhamento das políticas públicas relevantes para o desenvolvimento de um estado mais inclusivo, resiliente, próspero e comprometido com as gerações futuras.

As informações trazidas evidenciam avanços na institucionalização da abordagem de desenvolvimento sustentável multidimensional, na articulação intersetorial, na construção de capacidades e ferramentas para apoiar a localização dos ODS, assim como na recuperação de indicadores socioeconômicos no período pós-pandemia. Ao mesmo tempo, revelam lacunas relacionadas à definição de valores e disponibilidade de dados para o acompanhamento de objetivos e metas prioritários e desafios na integração de ações estratégicas já existentes, além de outras oportunidades de melhoria, que deverão ser publicamente debatidas a fim de que sejam definidos os próximos passos da estruturação de um plano de desenvolvimento abrangente e de longo prazo.

Para fins de disseminação, visando a ampliar a participação institucional e social nas discussões sobre a consolidação de estratégias de implementação dos ODS no Paraná e a criação de alternativas às lacunas identificadas, este Relatório Local Voluntário será disponibilizado em meio eletrônico e contará com diferentes campanhas de comunicação a partir de junho de 2025.



Sumário

Apresentação	pág. 8
Capítulo 1 – Estratégias de localização dos ODS no Paraná	pág. 10
Capítulo 2 – Acompanhamento dos indicadores ODS no território	pág. 39
Considerações Finais	pág. 84

Apresentação

Os prefeitos municipais eleitos em 2024 para governarem os municípios do Paraná serão os últimos a terem seu mandato completo dentro da vigência da Agenda 2030.

Essa agenda política, acordada pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), é produto da evolução de um amplo debate sobre tendências e desafios comuns a todas as sociedades humanas e sobre a necessidade de governos, setor privado, sociedade civil, universidades e demais atores sociais trabalhem juntos para estabelecer um modelo de desenvolvimento mais justo, resiliente, participativo e sustentável, que atenda ao imperativo de 'não deixar ninguém para trás'.

Mais do que um conjunto de objetivos e metas ambiciosas e abrangentes a Agenda 2030 inaugura uma nova abordagem dos desafios político-sociais, ao exigir uma visão sistêmica voltada para resultados concretos que levem em conta as conexões entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a proteção ambiental e o fortalecimento institucional, de modo integrado e indivisível. Seus princípios alertam para a necessidade de que se aprimorem a governança e a coerência das políticas públicas, seja dentro dos governos, entre os diversos setores, seja verticalmente, nos diferentes níveis de governo, para que seja possível garantir um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

Assim, a Agenda 2030 e seus ODS fomentam um novo modo de planejar, financiar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas para a melhoria das condições de vida das pessoas nas gerações presente e futuras, consistindo, nesse sentido, em oportunidade para as administrações públicas inovarem no modo de trabalhar com segurança e garantirem impactos concretos e duradouros de suas ações.



É importante observar que as metas da Agenda 2030 e seus ODS propostas – mais precisamente 65% delas – estão relacionadas às responsabilidades e capacidades de governos regionais e locais e, por isso, não serão atingidas sem a mobilização desses níveis de governo. Reconhecendo isso, o sistema internacional vem criando novos mecanismos de participação de atores locais, assim como crescentes oportunidades de cooperação e financiamento voltados para ações alinhadas aos princípios da agenda global, voltadas a estados, cidades e comunidades.

O Governo do Estado do Paraná e o Tribunal de Contas do Estado, que têm acompanhado juntos essa discussão desde pelo menos 2018, têm a honra de oferecer aos nossos prefeitos, às lideranças locais e à sociedade em geral este primeiro Relatório Local Voluntário, que descreve mecanismos da estratégia de territorialização da Agenda 2030, tais como planos, programas, projetos, parcerias e ferramentas de apoio para facilitar a implementação local dos objetivos de desenvolvimento comuns, além da análise de indicadores oficiais do Estado e suas regiões geográficas intermediárias em relação a metas específicas dos ODS.

Nossa expectativa é a de que em 2025, ano de preparação do plano plurianual (PPA) municipal, as gestões locais possam se valer do modelo de planejamento orçamentário para resultados que destaca questões transversais, como o PPA Estadual 2024-2027, do Programa de Capacitação de Lideranças Locais para o Desenvolvimento Sustentável (Prospera), da avaliação da maturidade do centro de governo para a implementação dos ODS, a ser implementada como contextualização da gestão no âmbito da prestação de contas anual (ProGov), de um painel que permite o acompanhamento de maneira dinâmica e localizada da evolução dos indicadores e metas ODS (BI ODS), de um estudo sobre as metas aplicáveis ao Estado, de um

programa de mapeamento de parcerias locais e elaboração de planos customizados (Pólis), da advocacy de diversos setores e insights sobre as oportunidades de mudança interna, conduzido pela Casa Civil do Governo do Estado, além do apoio direto da Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (SGDES), cuja natureza consiste justamente no acompanhamento de projetos prioritários do governo estadual com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas estratégias de Governança Ambiental e Social (ESG), além dos cursos, oficinas e outros mecanismos de orientação técnica aos municípios regularmente oferecidos pelo TCEPR.

Com este relatório as equipes responsáveis pela Estratégia Paraná de Olho nos ODS reafirmam seu compromisso com as lideranças públicas paranaenses, para que sejamos parte do movimento global pela equidade intergeracional e do debate sobre oportunidades e desafios nos grandes temas que virão a suceder a Agenda 2030 como **objetivos de desenvolvimento comuns** a todas as comunidades humanas.

Capítulo 1. Estratégias de localização dos ODS no Paraná

Nesta seção apresentam-se aspectos relevantes do ambiente institucional – estruturas e mecanismos de governança, parcerias, planos, políticas e projetos que vêm favorecendo a implementação dos princípios da Agenda 2030 no Paraná, assim como os principais instrumentos desenvolvidos para apoiar a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no estado.



Concebida como modelo replicável de implementação territorial da Agenda 2030 a *Estratégia Paraná de Olho nos ODS* partiu da vontade política de lideranças estaduais e da articulação de parcerias chave para o desenvolvimento de capacidades técnicas e ferramentas voltadas ao aprimoramento de políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento sustentável multidimensional.

Com foco na abordagem multinível e intersetorial a *Estratégia* apoia o planejamento de políticas baseado em evidências, a prospecção de fontes de financiamento e parcerias para a execução de projetos e o monitoramento tempestivo dos retornos sociais da ação dos governos estadual e municipais, potencializando questões sistêmicas tais como a transparência, a responsividade dos governos e o estímulo à participação e ao controle social.

Composta por um conjunto de iniciativas que favorecem a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como ferramenta para a redução das disparidades regionais e a promoção da troca de boas práticas entre os 399 municípios e o Governo do Estado do Paraná, a Estratégia impulsionou a institucionalização da estrutura de governança dos ODS no Paraná e fez o estado interagir com atores de ponta envolvidos na internalização de soluções integradas para o enfrentamento de megatendências mundiais.

A *Estratégia Paraná de Olho nos ODS* é coordenada pela Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (SGDES), que compartilha responsabilidades técnicas com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR).

Criada em 2023, vinculada à Casa Civil do Governo do Estado, a SGDES é sucessora do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), que inaugurou a internalização da Agenda 2030 no Estado ao propor as bases do ambiente institucional vigente e das transformações que ora se materializam nos produtos da Estratégia.

Criada em 2023, vinculada à Casa Civil do Governo do Estado, a SGDES é sucessora do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), que inaugurou a internalização da Agenda 2030 no Estado ao propor as bases do ambiente institucional vigente e das transformações que ora se materializam nos produtos da Estratégia.

A SGDES atua nos processos de elaboração e acompanhamento de projetos do governo estadual com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas Estratégias Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ESG), promove o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma integrada e a perspectiva de atuação em quádrupla hélice, por meio da articulação de órgãos do governo federal, de outros estados e dos municípios, do setor privado, da Academia e da sociedade civil organizada. A SGDES também apoia os municípios do estado em projetos alinhados aos ODS, ao promover a disseminação de boas práticas, a troca de experiências e o estabelecimento de parcerias, e ao disponibilizar meios e ferramentas para a construção de capacidades.

Por meio do Núcleo de Assuntos Internacionais da SGDES são renovados compromissos tais como a adesão do Governo do Estado ao Pacto Global, chamada das Nações Unidas para o alinhamento de operações empresariais e estratégias públicas e privadas nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, com a entrega periódica de Comunicados de Engajamento (COE) e são estabelecidas pontes importantes, envolvendo sobretudo instituições estaduais especializadas, para o amadurecimento das estratégias de internalização e para o desenvolvimento de capacidades e ferramentas replicáveis e com benefícios, sempre que possível, nos municípios.

https://www.sgdes.pr.gov.br/sites/sgdes/arquivos_restritos/files/documento/2025-02/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Engajamento%20%28COE%29%20do%20Governo%20do%20Paran%C3%A1%20-%202024.pdf

O Paraná segue sendo, desde 2019, o único piloto brasileiro objeto de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no âmbito do Programa “Uma abordagem territorial dos ODS”. Esse programa, que tem como objetivo central a promoção do desenvolvimento sustentável regional e o aprimoramento das políticas locais, posicionou áreas de políticas do Paraná em relação a médias nacionais e internacionais, auxiliou no envolvimento entre setores e níveis de governo para uma construção sobre responsabilidades e no estabelecimento de diálogo com pares internacionais visando à troca de boas práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Os diferentes atores consultados nas avaliações da OCDE compartilham recomendações de ações a serem empreendidas para concretizar os objetivos de desenvolvimento comuns. Por outro lado, a participação do estado no programa colaborou para a construção de manuais e modelos compartilhados com cidades e regiões estrangeiras.

https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/06/a-territorial-approach-to-the-sustainable-development-goals-in-parana-brazil_2841cc5b/a24b52a5-en.pdf

https://www.oecd.org/en/publications/implementing-a-territorial-approach-to-the-sdgs-in-parana-brazil_dad3d094-en.html

https://www.oecd.org/en/publications/oecd-toolkit-for-a-territorial-approach-to-the-sdgs_2913bae2-en.html

Mais recentemente, em 2023, o Paraná renovou o compromisso com a OCDE, desta vez para a estruturação das estratégias de Governança, Ambientais e Sociais (ESG) dentro do Governo e em suas relações com demais setores, no âmbito do Comitê Público-Privado de ESG (<https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Comite-Tecnico-Publico-Privado-de-ESG>).

Uma parceria internacional valiosa no processo de construção das estratégias de localização da Agenda 2030 tem sido a Organização Mundial da Família (WFO), cujo apoio permitiu que o Paraná tivesse suas ações apresentadas e discutidas em algumas edições do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas (HLPF) desde 2018, e que promoveu, em 2022, uma missão técnica com cerca de vinte prefeitos e autoridades municipalistas paranaenses à sede do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR), em Genebra, com a finalidade de identificar necessidades de capacitação e qualificação dos gestores para atuação alinhada com o nível internacional.

O Paraná HUB – *Building the Future Together*, da Local2030 Coalition, iniciativa patrocinada pela ONU-Habitat, tem por objetivo a reunião de atores locais representantes do Estado, da sociedade civil, do empresariado e de organizações não governamentais, com a finalidade de incentivar o debate e o compartilhamento de soluções para o alcance dos ODS. Por meio do Hub são previstas reuniões ordinárias e grupos de trabalho para o compartilhamento de *expertises*, mapeamento de lacunas e produção de resultados concretos.

<https://www.local2030.org/local2030hubs>

A Rede Oceano Limpo, por sua vez, é um movimento liderado pela Cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano que integra esforços com diferentes parceiros na busca por um oceano limpo e uma costa marítima sustentável. Nessa rede a SGDES, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST), o Instituto Água e Terra, a Cátedra Unesco e três instituições de ensino (UFPR, IFPR, UNESPAR) estão engajados para obtenção de metas específicas estabelecidas internacionalmente. O objetivo é apoiar a criação de um ambiente especializado na proteção e no combate da poluição do ecossistema marinho, englobando diferentes atores para o fortalecimento de uma rede nacional. O Paraná é o 7º estado a integrar a rede, que conecta ciência e gestão para gerar bases de conhecimento e elaborar estratégias para combater o problema por meio da internalização da agenda de lixo no mar como política pública.

<https://redeoceanolimpo.org/parana/>

Já o programa Novos Arranjos para Pesquisa e Inovação (NAPI) é uma iniciativa criada pela Fundação Araucária para fomentar a pesquisa científica e a inovação, através de uma rede de colaboração entre instituições, com destaque para o TECPAR e as instituições estaduais de ensino superior. A SGDES apoia a obtenção de apoio financeiro e recursos para projetos de pesquisa alinhados às prioridades estratégicas do Governo do Estado que resultam em benefícios para a sociedade, atuando ainda com a finalidade de oportunizar aos pesquisadores articuladores dos ODS a potencialização, disseminação e implementação efetiva dos resultados produzidos nas pesquisas.

<https://www.araucaria.pr.gov.br/#napis>

A participação do Paraná no Programa Internacional de Cooperação Urbana e Regional da União Europeia (IURC) teve o objetivo de desenvolver soluções mutuamente benéficas para desafios comuns e de interesse global. O programa esteve entre os compromissos voluntários assumidos pela UE para implementar a Nova Agenda Urbana (NUA), por meio do apoio à cooperação entre cidades e regiões em todo o mundo, para que essas trabalhassem em soluções sustentáveis para desafios urbanos comuns e alcancem os objetivos e metas da NUA e da Agenda 2030. O Paraná foi o único estado brasileiro a participar do Programa, que apresentou estudos de caso e as melhores práticas em desenvolvimento urbano sustentável. O Programa IURC promoveu a participação de duas unidades subnacionais, cidades ou estados de diferentes continentes para colaborarem mutuamente em diversas áreas, tendo como eixos principais inovação e sustentabilidade. Aqui, o programa permitiu uma aproximação entre cientistas do Central Mining Institut (GIG), da região da Silésia, na Polônia, e da Companhia de Saneamento Básico do Paraná (SANEPAR). Além disso, foi possibilitado o desenvolvimento de um *hackathon* entre as regiões e a participação do Paraná no Congresso Econômico Europeu.

<https://www.iurc.eu/latin-america/>

Os aprendizados internacionais e as parcerias regionais promovidas no processo de internalização e localização dos ODS impulsionaram mudanças importantes no ambiente institucional e no planejamento das políticas estaduais para o desenvolvimento sustentável, assim como respaldaram o desenvolvimento de iniciativas e ferramentas de apoio aos municípios, entre as quais o Portal Boas Práticas ODS, website desenvolvido para o registro e disseminação de boas iniciativas de quaisquer setores, as oficinas conduzidas pela SGDES sobre a aplicabilidade das metas da Agenda 2030 ao Paraná, que resultou na Portaria nº 01/24 da SGDES, publicada na Edição nº. 11692 do Diário Oficial do estado, listando 150 das 169 metas ODS que têm correspondência com competências e prioridades do Estado e seus municípios, ou a publicação de informes temáticos destinados à divulgação de indicadores específicos.

<https://www.sgdes.pr.gov.br/>

Destacam-se entre as estratégias e ferramentas desenvolvidas no âmbito da SGDES, duas iniciativas inovadoras conduzidas, respectivamente, pelo Núcleo de Projetos Estratégicos e pelo Núcleo de Municipalização dos ODS, da Superintendência.

Com o intuito de auxiliar no monitoramento da implementação da Agenda 2030 e apoiar o processo de tomada de decisão dos gestores municipais, a SGDES desenvolveu o **BI ODS**, um painel de dados dedicado ao acompanhamento dos ODS. O BI ODS é estruturado em torno das 150 metas ODS aplicáveis ao Estado do Paraná e seus municípios, juntamente com seus respectivos indicadores. Os indicadores ODS são selecionados em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), que os compila e publica na Base de Dados do Estado (BDEweb). Já o software que hospeda o BI ODS é administrado pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). O BI ODS abriga o Relatório Missão ODS, que apresenta um panorama municipal relativo aos indicadores e metas ODS. O acesso ao BI ODS, disponível no site da SGDES, é <https://www.sgdes.pr.gov.br/Pagina/BI-ODS>



Por sua vez, o **POLIS** – Programa de Promoção dos Objetivos Locais Integrados de Desenvolvimento Sustentável tem a finalidade de apoiar a integração dos ODS no planejamento dos municípios paranaenses, a partir da mobilização da comunidade local e a constituição de grupos institucionais formados por prefeituras, universidades e empresas, para acessarem informações e participarem de dinâmicas de planejamento, e com instituições públicas e privadas, como Secretarias de Estado e o Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT e SESCOOP), a fim de apoiar a implementação de ações que colaborem para o atingimento das metas de sustentabilidade estabelecidas no processo de participação conjunta. Os objetivos do POLIS incluem, ainda, apoiar a integração dos ODS nos orçamentos municipais, estimular a coleta e tratamento de informações estatísticas para medir o progresso dos ODS em nível local, reforçar a coordenação das políticas e ações do Estado com os municípios e com o Governo Federal em relação aos ODS, promover a participação de empresas privadas e estatais na implementação dos ODS e reforçar o engajamento de cidadãos na implementação dos ODS nos municípios.

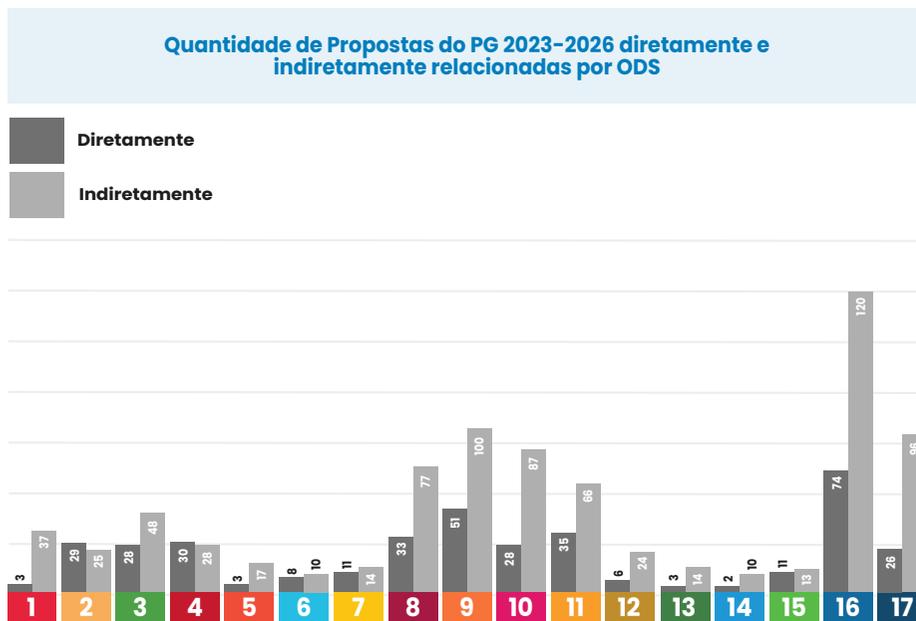
<https://www.sgdes.pr.gov.br/Pagina/POLIS>

De uma maneira mais ampla, o processo de territorialização da agenda global impactou o ambiente institucional e permitiu o alinhamento do **Plano de Governo** (2023–2026) e do **Plano Plurianual** (2024–2027) do Executivo Estadual.

O Plano de Governo direciona as ações do Poder Executivo ao longo da gestão (2023–2026) e foi elaborado com base em cinco eixos que agrupam mais de 380 propostas: Desenvolvimento Econômico Sustentável; Direitos Básicos e Bem-estar; Eficiência Administrativa; Infraestrutura e Mobilidade; e Inclusão Social, Direitos Humanos e Cidadania.

Análise realizada pela SGDES a partir da adaptação de metodologia desenvolvida no TCE-PR e aprimorada em conjunto com a então Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) demonstra que as propostas do Plano de Governo contribuiriam direta e indiretamente para todos os 17 ODS, com maior ênfase nos ODS 16 e 9 e, em seguida, nos ODS 11, 8, 4, 3, 2 e 10, o que confirma a transversalidade das propostas e demonstra que o plano priorizou questões estruturantes que integram as dimensões econômica e social, sem deixar de contemplar aspectos ambientais.

Por sua vez, o Plano Plurianual, principal instrumento de planejamento da Administração Pública, que estabelece objetivos e metas da administração direta e indireta e orienta a preparação das diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais pelo período de 04 anos, foi construído por 62 órgãos, contemplando 117 Unidades Orçamentárias, coordenados pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL) a partir de trabalho de grupo instituído especificamente para o aprimoramento desse instrumento de planejamento. No processo de elaboração o PPA foi submetido a consulta pública, tendo recebido mais de 2800 contribuições de cidadãos de 225 municípios, que foram tratadas e encaminhadas aos órgãos para eventuais ajustes nas propostas setoriais.



Fonte: Núcleo de Gestão da Informação e Projetos/SGDES (2023)

A construção do PPA 2024-2027 inovou em estrutura, contemplando entregas de políticas públicas conectadas com diagnósticos cuidadosamente construídos, reinaugurando a cultura de planejamento estadual e destacando agendas transversais, que visam a integrar e abordar problemas complexos e multidimensionais que abrangem temas específicos ou são direcionados a determinados públicos-alvo, estimulando a necessária intersectorialidade nas soluções propostas.

O Plano está organizado em três níveis: Eixo (5), Programas (36, sendo 28 finalísticos) e Ações Orçamentárias (cerca de 370). Os eixos estratégicos são compostos por mais de um Programa; os Programas – que não podem estar associados a mais de um eixo – se desdobram em indicadores de resultado (202), que mensuram objetivos e em Ações Orçamentárias que, por sua vez, se subdividem em Entregas (mais de 1300 tipos, em quantidades variáveis anuais e que podem, ainda, ser previstas para diversas localidades).

As *entregas* traduzem o bem, serviço ou obra planejada para cumprir os objetivos dos Programas e, assim como os indicadores de programas, foram identificadas com “marcações”, que indicam objetivos comuns ou cruzados que afetam as seguintes políticas públicas: a) Criança e Adolescente; b) Mulher; c) Igualdade Racial; d) propostas dos Planos do Paraná Produtivo; e) propostas do Plano de Governo do governador eleito; f) os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e g) os indicadores do Ranking de Competitividade dos Estados definidos pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

As marcações no PPA, acompanhadas por meio do Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME), são empregadas identificar e facilitar o rastreamento e o monitoramento de ações e recursos envolvidos em temas de especial interesse, consistindo, nesse sentido, em importante mecanismo de comunicação e de tomada de decisões.

As marcações de *entregas*, em particular, favorecem a participação social ao informar sobre as prioridades e permitir o acompanhamento do desempenho do setor público.

Dito de outra forma, o sucesso da implementação de metas ODS prioritárias no Estado está associado hoje à realização de iniciativas e entregas do PPA, razão pela qual vale observar que o primeiro monitoramento sobre o andamento do PPA mostra que mais de 70% das entregas previstas foram concluídas.

https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-03/relatorio_completo_monitoramento_ppa_finalizacao_exercicio_2024_compressed.pdf



Para ilustrar a riqueza do planejamento alinhado aos objetivos globais seguem, abaixo, algumas das entregas marcadas por ODS, assim como a indicação dos órgãos envolvidos na implementação dessas ações.

Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

Fornecimento de kits de Caixa d'água, em parceria com a SEDEF, que disponibiliza recurso financeiro para instalação adequada

Perfuração de poços artesanais em comunidades rurais sem acesso à água

Política de apoio a agricultores para ajuizamento de ações visando à regularização documental de imóveis

Projetos de extensão universitária priorizando as áreas estratégicas para desenvolvimento social de populações vulneráveis

Atores do Sistema Único de Assistência Social capacitados para aprimoramento da política socioassistencial

Implantação da Gestão de Informação e Vigilância Socioassistencial e Monitoramento da Política Estadual de Assistência Social

Pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência atendidas por serviços de acolhimento institucional encaminhadas via determinação judicial

Famílias beneficiadas com transferência de recursos para saneamento rural

Órgãos Envolvidos

IAT - Instituto Água e Terra

IPARDES - Secretaria de Estado do Planejamento

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SEDEF - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família

SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, com base nas ações priorizadas pelos conselhos gestores regionais do programa Paraná Produtivo

Unidades de Referência em Sistemas, Processos e Produtos da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC+) implantadas para transferência de tecnologias aos produtores rurais

Agricultores beneficiados por meio de subvenção ao Prêmio de Seguro Rural para garantir estabilidade da renda agropecuária

Apoio para implantação ou modernização de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) / Restaurantes Populares apoiados

Realização de eventos de transferência e difusão de tecnologias, inovações e processos para agricultores

Oferta de alimentação saudável e adequada por meio do Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)

Modelo de Simplificação da Concessão de Créditos ao Produtor Rural implantado

Crianças e adolescentes que frequentam o Centro Nacional de Treinamento e Formação de Atletismo beneficiados com reforço alimentar

Municípios com Sistema da Qualidade em Vigilância Sanitária implantado

Órgãos Envolvidos

ADAPAR - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

RECEITA/PR - Receita Estadual do Paraná

SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SEDEF - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família

SEED - Secretaria de Estado da Educação

SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento

SESA - Secretaria de Estado da Saúde



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

Sistema de Gestão da Qualidade do Ar aprimorado implantado
Pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida atendidas com atividades de lazer - Praia Acessível

Pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou dependência química acolhidas e/ou apoiadas por organizações da sociedade civil (OSCs) contratadas pelo Estado

Jovens participantes de campeonato poliesportivo e cultural entre Centros da Juventude

Pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência atendidas por serviços de acolhimento institucional

Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e de Projetos de Educação Permanente em Saúde

Construção do Laboratório de Vigilância e Inteligência Vetorial, em Curitiba

Municípios beneficiados com distribuição de insumos para Cobertura de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde

Municípios beneficiados com transferência de recursos financeiros para Atenção Primária à Saúde - síndrome pós COVID-19

Construção de heliponto em hospitais e atendimentos aeromédicos de urgência e emergência

Ampliação do Complexo de recebimento, armazenamento e distribuição de medicamentos, em Curitiba

Ampliação de prédios de Unidades de Coleta de Transfusão (UCT)

Órgãos Envolvidos

CC - Casa Civil

DER - Departamento de Estradas de Rodagem

IAT - Instituto Água e Terra

PM - Polícia Militar do Estado do Paraná

SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

SEJU - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento

SESA - Secretaria de Estado da Saúde

SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

3 SAÚDE E BEM-ESTAR





Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

Ações para garantia dos direitos da criança e adolescente

Equipamentos educacionais voltados à primeira infância construídos com recursos repassados aos municípios na modalidade fundo a fundo

Estudantes beneficiados com Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE)

Estudantes da Rede Estadual beneficiados pela Plataforma Gamificada de Matemática

Estudantes beneficiados com ações de Integração entre Escola e Mercado de Trabalho

Estudantes e professores beneficiados com intercâmbio do Programa Ganhando o Mundo

Estudantes matriculados em sistema de ensino em escola integral
Professor beneficiado com curso de pós-graduação Lato Sensu do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)

Concurso Vestibular Indígena nas Universidades Estaduais do Paraná
Empoderamento do cidadão sobre Educação Fiscal

Educação ambiental para conservação das regiões lindeiras às bacias hidrográficas

Capacitação para o desenvolvimento do turismo sustentável
Adolescente beneficiado com Bolsa Agente de Cidadania

Órgãos Envolvidos

CEP – Colégio Estadual do Paraná
CGE – Controladoria Geral do Estado
DEPEN – Departamento Penitenciário
DETRAN – Departamento de Trânsito do Paraná
DPE – Defensoria Pública do Estado do Paraná
IAT – Instituto Água e Terra
IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
IPARDES – Secretaria de Estado do Planejamento
MP – Ministério Público do Estado do Paraná
PC – Polícia Civil do Estado do Paraná
PCP – Polícia Científica
PM – Polícia Militar do Estado do Paraná
SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEDEF – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
SEDEST – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

SEEC – Secretaria de Estado da Cultura
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda
SEI – Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
SEIC – Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública
SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SETU – Secretaria de Estado do Turismo
TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TJ – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

- Atendimento a mulheres em situação de violência doméstica
- Casos de Femicídio e Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres julgados
- Certificação em cursos e qualificação técnica, profissional ou de formação complementar para idosos e cuidadores, mulheres, população negra, povos e comunidades tradicionais
- Financiamento de projetos para garantia de direito e empoderamento das mulheres em Entidades, Organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados
- Municípios beneficiados com cofinanciamento para a atendimento à política e protagonismo da mulher
- Realização de campanhas voltadas à proteção, defesa e garantia de direitos de mulheres
- Perícias realizadas à mulheres vítimas de violência sexual
- Empreendimentos que tenham mulheres como proprietárias ou sócias apoiados pelo Banco da Mulher Paranaense

Órgãos Envolvidos

CGE - Controladoria Geral do Estado

FOMENTO - Agência de Fomento do Paraná S/A

PCP - Polícia Científica

PM - Polícia Militar do Estado do Paraná

SEMIPI - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

TJ - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

5 IGUALDADE DE GÊNERO



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH) aprimorado e implantado

Rede de monitoramento de águas subterrâneas implantada

Rede estações de monitoramento hidrometeorológico ampliada

Municípios beneficiados com convênios para conservação de nascentes

Projetos de recursos hídricos executados com Incentivos Ambientais Econômicos

Parque Urbano construído

Realização de vistorias em barragens

Elaboração de Plano de Bacia Hidrográfica

Famílias beneficiadas pelo Programa Água Solidária por meio de isenção tarifária

Realização de ligações de água nos municípios

Famílias beneficiadas com perfuração de poços e auxílio técnico em parceria com a comunidade em áreas rurais

Órgãos Envolvidos

CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S/A

IAT - Instituto Água e Terra

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

- | Municípios beneficiados com projetos de geração de energia limpa
- | Construção de Usina Fotovoltaica
- | Famílias beneficiadas com o programa Energia Solidária
- | Plano de Biogás do Estado do Paraná
- | Plano de Hidrogênio Verde (H2 Verde) do Estado do Paraná
- | Instalação de placas solares na Rede Estadual de Educação

Órgãos Envolvidos

SEDEF – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SEIC – Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento

TJ – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

Qualificação profissional gratuita para a população, com foco em empregabilidade e recolocação profissional

Pessoas Colocadas no Mercado de Trabalho Formal por Intermediação das Agências do Trabalhador do Paraná

Mutirão destinado ao encaminhamento de pessoas a vagas de emprego

Municípios beneficiados com ações de promoção e fomento ao turismo

Realização de eventos de divulgação do cadastro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária

Micro e pequenas empresas paranaenses que atendem o Estado por meio de processos licitatórios de compras

Realização de ações do Programa de apoio às Vocações Regionais Sustentáveis

Criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE)

Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de microempresas e empresas de pequeno porte financiados

Pequenos empreendimentos apoiados com Microcrédito

Municípios beneficiados com recurso de apoio à infraestrutura municipal - Sistema de Financiamento aos Municípios

Empresas de tecnologia contempladas com serviço de internacionalização

Órgãos Envolvidos

CC - Casa Civil

FOMENTO - Agência de Fomento do Paraná S/A

IAT - Instituto Água e Terra

SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

SEDEF - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família

SEEC - Secretaria de Estado da Cultura

SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda

SEI - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital

SEIC - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento

SETR - Secretaria de Estado de Trabalho, Qualificação e Renda

SETU - Secretaria de Estado do Turismo





Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

Municípios atendidos com recursos financeiros para construção de Parques Industriais

Selo Estadual de Logística Reversa concedido a empreendimentos

Infraestrutura de Dados Espaciais do Paraná (GeoPR) implantada

Sistemas e aplicativos para gestão e controle ambiental implantados

Sistema de Informação para Gestão da Fauna implantado para os técnicos do IAT, órgãos de controle e partes interessadas.

Startups apoiadas para estabelecer operações no exterior

Projetos de pesquisa e desenvolvimento apoiados financeiramente que envolvem parcerias entre Universidade e empresas

Criação do Centro de Saúde Pública de Precisão – Parque Tecnológico da Saúde

Equipamentos de meteorologia e informativa renovados para compor a rede observacional da Defesa Civil Estadual implantados

Municípios beneficiados com recursos para restauração e pavimentação de sua Malha Viária

Dragagem de manutenção da Bacia de evolução e Canal de acesso aos Portos do Paraná, visando a manutenção do tráfego marítimo

Duplicação e Ampliação da capacidade e segurança de rodovias

Plano Estadual de Logística e Transporte do Paraná (PELT/PR)

Estradas rurais com intervenções para melhoria da trafegabilidade

Modernização da Sinalização Viária Estadual para garantir adequada trafegabilidade aos usuários (PROSEG)

Implantação da Moega Ferroviária no Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá

Órgãos Envolvidos

AMEP – Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná

APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

CC – Casa Civil

CEDEC – Coordenadoria Estadual da Defesa Civil

CELEPAR – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná

CGE – Controladoria Geral do Estado
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN – Departamento de Trânsito do Paraná
IAT – Instituto Água e Terra
MP – Ministério Público do Estado do Paraná
RECEITA/PR – Receita Estadual do Paraná
SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SECID – Secretaria de Estado das Cidades
SEDEST – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda
SEI – Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
SEIC – Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento
SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública
SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná
TJ – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance dos ODS

4672 – Organizações da Sociedade Civil (OSCs) beneficiadas com concessão de bens móveis

Órgãos Envolvidos

SEDEF – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

- Rede de estações de monitoramento de ar ampliada
- Ações de conservação objetivando a criação ou implementação de geoparques realizadas
- Implementação de consórcios para a construção e operacionalização de aterros sanitários
- Municípios atendidos com ações para controle à erosão urbana
- Sinalização de rotas cicloturísticas nos municípios do Paraná
- Municípios beneficiados com recursos para sinalização viária vertical e horizontal
- Municípios beneficiados com plataforma para monitoramento municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Construção de Delegacias Cidadãs
- Pessoas com deficiência e algumas patologias crônicas beneficiadas com a gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal (Carteira do Passe Livre)
- Município atendido com operacionalização da logística reversa de diversas tipologias de resíduos
- Ações do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) realizadas
- Construção de Conselhos Tutelares
- Municípios beneficiados com repasse de recursos para aquisição e instalação de Parque Acessível
- Construção de Centros da Juventude
- Criação de centro integrado de busca e processamento de dados de pessoas desaparecidas
- Construção de moradia estudantil
- Ampliação e reforma de restaurantes universitários
- Plano de Carbono Zero do Estado do Paraná

Órgãos Envolvidos

AGEPAR - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná

AMEP - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná

BPP - Biblioteca Pública do Estado do Paraná

CC - Casa Civil

CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S/A
DEPEN - Departamento Penitenciário
DETRAN - Departamento de Trânsito do Paraná
DPE - Defensoria Pública do Estado do Paraná
IAT - Instituto Água e Terra
PCP - Polícia Científica
SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEDEF - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
SEDEST - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
SEEC - Secretaria de Estado da Cultura
SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento
SESA - Secretaria de Estado da Saúde
SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública
SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

- | Sistema de Gestão de Laboratório de Análises Ambientais implantado
- | Elaboração de projetos de educação ambiental, sustentabilidade e turismo consciente em Unidades de Conservação
- | Criação do Fórum Paranaense de Economia Circular

Órgãos Envolvidos

IAT - Instituto Água e Terra
SEDEST - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

- Mapeamento de área de risco de inundação em perímetros urbanos
- Mapeamento de áreas suscetíveis a movimentos gravitacionais de massa em áreas urbanas
- Operacionalização do Plano Estadual de Ação Climática
- Aquisição de veículos, materiais e equipamentos utilizados nas ações de resposta a desastres
- Municípios beneficiados com transferência de recursos para resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres

Órgãos Envolvidos

IAT - Instituto Água e Terra

SEDEST - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

CEDEC - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

- Soltura de peixes nativos com os cuidados ambientais pertinentes, nas bacias hidrográficas do Estado
- Operações de fiscalização ambiental realizadas
- Atuação no gerenciamento costeiro realizada

Órgãos Envolvidos

IAT - Instituto Água e Terra

SEDEST - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

- | Implantação de marcação individual de animais apreendidos
- | Construção de Laboratório de Avaliação de Biodiversidade
- | Relatórios técnicos dos alertas de desmatamento ilegal emitidos
- | Projetos executados com Incentivos Ambientais Econômicos
- | Ampliação da diversidade de espécies produzidas nos Viveiros Florestais do Instituto Água e Terra pelo Programa Paraná Mais Verde
- | Cadastro de Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) e de Reabilitação de Animais Silvestres (ARAS) realizado
- | Centros de Apoio à Fauna Silvestre (CAFS), Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETAS e CRAS) implantado e em funcionamento
- | Reestruturação dos Viveiros Florestais do Instituto Água e Terra pelo Programa Paraná Mais Verde

Órgãos Envolvidos

IAT - Instituto Água e Terra

UEL - Universidade Estadual de Londrina



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

Atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência
Equipamentos adquiridos para os Centros da Juventude dentro do Programa Paraná Seguro

Adolescentes Atendidos em Medida Socioeducativa de Semiliberdade
Atendimento de apoio e segurança pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM

Pessoa atendida pelo Programa de Assistência à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA

Expedição de carteira de identidade - RG

Órgãos da Administração Direta com mapeamento de processos multissetoriais realizados

Município atendido com apoio, acompanhamento e mediação de conflitos fundiários

Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência criados por intermédio do Governo Estadual

Aproximando Famílias - viabilização de deslocamento de familiares e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas para realização de visitas

Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para programas, ações e projetos de promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência

Conselhos Municipais dos Direitos da Juventude criados por intermédio do Governo Estadual

Sistema de gestão da dívida pública implantado

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) beneficiadas com recurso financeiro por meio de parcerias para execução da política da criança e do adolescente

Municípios beneficiados com assessoramento técnico para defesa dos direitos da criança e do adolescente

Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para programas, ações e projetos de promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes

Veículos adquiridos para os Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIAS)

Órgãos Envolvidos

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná

CC – Casa Civil

CEASA – Centrais de Abastecimento do Paraná S/A

CGE – Controladoria Geral do Estado

IPARDES – Secretaria de Estado do Planejamento

IPEM – Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná

JUCEPAR – Junta Comercial do Paraná

MP – Ministério Público do Estado do Paraná

PC – Polícia Civil do Estado do Paraná

PCP – Polícia Científica

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PM – Polícia Militar do Estado do Paraná

RECEITA/PR – Receita Estadual do Paraná

SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

SECOM – Secretaria de Estado da Comunicação

SEDEF – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família

SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda

SEJU – Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento

SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública

SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TJ – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Exemplos de entregas que contribuem para o alcance do ODS

- | Metodologia de Gestão de Investimento Público (GIP)
- | Índice de Preços Regional do Paraná - IPR
- | Metodologia de orçamento orientada para resultados implantada

Órgãos Envolvidos

- SEPL** - Secretaria de Estado do Planejamento
- IPARDES** - Secretaria de Estado do Planejamento
- SEFA** - Secretaria de Estado da Fazenda



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

O impacto da Agenda 2030 nas atividades de controle externo foi formalmente reconhecido pelas Entidades de Fiscalização filiadas à *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI) na Declaração de Moscou de 2019. Esse impacto tem dupla natureza: de um lado, indica a necessidade de um olhar mais amplo sobre o resultado almejado das políticas públicas, e de outro dá outra relevância ao conjunto de informações e dados reunidos pelas Cortes de contas subnacionais.

O **Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)** tem contribuído desde 2017 para a implementação dos ODS no Paraná, e é um dos responsáveis pelo desenho da *Estratégia Paraná de Olho nos ODS*, disseminando os princípios da Agenda junto aos seus jurisdicionados e acompanhando o progresso do Estado rumo ao desenvolvimento sustentável.

Assim, entre os aspectos institucionais que favorecem a localização dos ODS no Paraná, destacam-se algumas contribuições do TCE-PR: o Plano de Fiscalização 2024-2025 (**PAF**), o Programa de avaliação de contas municipais de governo – **ProGov**, a Escola de Gestão (EGP) e o Programa de capacitação de lideranças locais para o desenvolvimento sustentável (**Prospera**), entre outros.

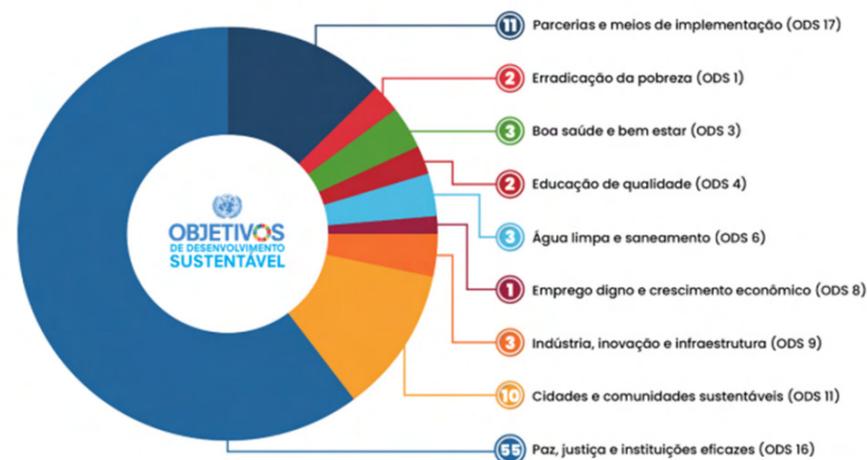
O Tribunal de Contas do Estado do Paraná é o órgão responsável pela fiscalização do uso do dinheiro público no Estado e nos 399 Municípios paranaenses. Suas atribuições constitucionais incluem:

- Controlar a receita e a despesa do Estado e dos Municípios;
- Acompanhar a legalidade das contratações de pessoal, das aposentadorias, reformas e pensões estaduais e municipais;
- Analisar e julgar a legalidade das prestações de contas dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e de todos os órgãos públicos;
- Emitir parecer prévio nas contas do governador do Estado e dos prefeitos, para posterior julgamento pelo Poder Legislativo, quer estadual, quer municipal;
- Julgar as contas de todas as associações e entidades que tenham recebido recursos do Estado ou dos municípios, para atividades sociais;
- Apreciar e julgar as denúncias sobre irregularidades ou ilegalidades praticadas por administradores públicos;
- Prestar orientação nas ações administrativas, respondendo as consultas formuladas.

O Plano Estratégico 2022-2027 do TCEPR estabelece a perspectiva de “resultados para a sociedade” como um conjunto importante de objetivos a serem perseguidos pelo órgão e a sustentabilidade como um de seus valores fundamentais. Essas premissas fundamentam a priorização de ações de fiscalização que se materializa, a partir de um ciclo de planejamento que inclui a participação social, no Plano de Fiscalização (PAF).

O **PAF 2024-2025** contém 113 diretrizes prioritárias, sendo 23 relativas ao âmbito municipal, 63 com foco no nível estadual e outras 4 de abordagem multinível, com ênfase nas funções de governo Administração, Educação, Urbanismo, Transporte, Judiciária, Saneamento e Habitação. O alinhamento das diretrizes de fiscalização 2024-2025 do TCEPR por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável é conforme a ilustração que segue:

Diretrizes Prioritárias por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (qtd.)



Consulte o Plano Estratégico do TCEPR em Plano Estratégico - Portal TCE-PR - <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/plano-estrategico/82269/area/45> e o PAF 2024-2025 em <https://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2024/10/pdf/00390308.pdf>

Paralelamente às fiscalizações por iniciativa própria constantes do PAF e no cumprimento de sua atribuição constitucional de apreciar anualmente a prestação de contas dos Prefeitos para subsidiar o seu julgamento nos legislativos municipais, o TCEPR instituiu em 2022 o **Programa de avaliação de contas municipais de governo – ProGov**.

Com o ProGov, além do parecer quanto à regularidade contábil, financeira e orçamentária das contas de gestão, são acrescentadas informações sobre a atuação dos governos municipais em seis áreas: Educação, Saúde, Assistência Social, Transparência e Relacionamento com o cidadão, Administração Financeira, e Previdência Social.

Essas informações são elaboradas a partir de um processo sistêmico de produção de dados estruturados sobre as políticas municipais, que têm origem em questionários construídos com base em metodologia que compreendeu amplo e participativo processo de planejamento, que incluiu o alinhamento dos temas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esses questionários são aplicados a interlocutores cadastrados, que compreendem milhares de agentes públicos municipais, formuladores e executores das políticas públicas avaliadas. As respostas são submetidas a mecanismos de análise de consistência, que envolvem técnicas de coleta e análise de dados e roteiros para as Unidades de Controle Interno (UCIs) municipais, visando a aferir a veracidade e a fidedignidade das informações prestadas pelos participantes do processo de prestação de contas dos prefeitos.

Os dados do ProGov produzem um diagnóstico sobre a maturidade da gestão local nas áreas avaliadas, que indica oportunidades de melhoria e favorece a troca de boas práticas entre os municípios, além de instrumentalizar o controle social na fiscalização da qualidade da entrega de serviços públicos.

Saiba mais sobre o ProGov aqui: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/contas-municipais-de-governo/346522/area/251>

A **Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná** (EGP-TCEPR) articula, na modalidade presencial, oficinas em todas as regiões do Estado para a revisão dos questionários do ProGov, promovendo o alinhamento de entendimentos dos interlocutores com os formulários do Programa e fortalecendo o compromisso do TCEPR e dos atores locais com a melhoria das políticas públicas.

A EGP-TCEPR, assim como sua congênere do Poder Executivo, oferece capacitação em diversos temas relacionados à gestão pública, voltada aos servidores, órgãos estaduais, municípios e à sociedade em geral, com conteúdos produzidos internamente ou por especialistas externos. O catálogo de cursos *online* da EGP-TCEPR aborda matérias que vão de gestão de pessoas, previdência social, governança e gestão de riscos, dados e informações e ética e cidadania, planejamento orçamentário ou o funcionamento de conselhos de políticas públicas, entre outros, abordados sob aspectos normativos e práticos, criando um rol de referências atualizadas para promover e difundir o conhecimento, uniformizar linguagem e alinhar conceitos visando ao aprimoramento da gestão pública e viabilizando, à sociedade, o exercício do Controle Social. Nos anos 2020 a EGP-TCEPR alcançou marcas de centenas de milhares de alunos certificados.

Destaca-se desse catálogo, no contexto deste relatório, iniciativa do TCEPR em parceria com a SGDES: **o Programa de Capacitação de Lideranças Locais para o Desenvolvimento Sustentável – Prospera.**

O Prospera foi elaborado para desenvolver nos líderes e gestores locais paranaenses as habilidades e competências necessárias para a implementação dos princípios da Agenda 2030 nos municípios e localidades do Estado do Paraná.

O público-alvo do projeto é composto por prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, servidores públicos, membros de conselhos municipais, lideranças empresariais, cidadãos engajados e representantes da sociedade civil. O objetivo é fazer com que essas lideranças integrem em suas iniciativas a abordagem transversal, sistêmica, integrada, de longo prazo e inclusiva que fundamenta o modelo de desenvolvimento proposto pela Agenda 2030, composta por 17 objetivos, tornando-as capazes de enfrentar os desafios locais com uma visão global. A meta é certificar alunos oriundos de todos os 399 municípios paranaenses.

Os conteúdos que compõem o Programa foram mapeados, adaptados e produzidos pela equipe Prospera, composta por servidores do TCEPR e da SGDES, a partir de ampla pesquisa nas principais fontes relacionadas aos temas dos cursos. Além disso, o curso conta com videoaulas apresentadas por profissionais das mais diversas áreas de atuação, que foram convidados para participarem como facilitadores, de forma voluntária.

O Programa completo é dividido em 3 Trilhas de Aprendizagem que totalizam 160 horas, sendo que os cursos que compõem as Trilhas de Aprendizagem I e II são autoinstrucionais (EaD), enquanto para a Trilha de Aprendizagem III são previstas oficinas presenciais, com participação condicionada à conclusão de uma das Trilhas anteriores.

A primeira trilha é voltada à contextualização e à compreensão de conceitos, assim como ao estabelecimento de relações com a realidade dos alunos; ela visa à apresentação dos princípios da sustentabilidade e de seus impactos na política e na gestão pública, além do reconhecimento dos desafios locais e de sua conexão com megatendências globais e com os objetivos da Agenda 2030.

Os cursos da Trilha I são os seguintes:

- **Curso 1** – Multilateralismo, Sustentabilidade e Políticas Públicas
- **Curso 2** – Breve História dos ODM: Objetivos do Milênio
- **Curso 3** – A Implementação da Agenda 2030
- **Curso 4** – O que os governos locais precisam saber sobre os ODS
- **Curso 5** – Cooperação e Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável Local

A segunda trilha visa a trabalhar com os participantes a fixação e a aplicação de conteúdos, com a análise de casos concretos de implementação e à avaliação dos desafios práticos relacionados às políticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável multidimensional, e a terceira trilha refere-se a exercícios de incorporação dos princípios da Agenda 2030 no ciclo das políticas públicas municipais, à elaboração de relatórios voluntários e à formação de multiplicadores para a disseminação da Agenda nos contextos locais.

Saiba mais sobre o Prospera aqui: <https://www.sgdes.pr.gov.br/Pagina/Programa-de-Capacitacao-de-Liderancas-Loais-para-o-Desenvolvimento-Sustentavel-Prospera>

O catálogo completo de cursos da EGP-TCEPR pode ser consultado aqui: EGP - Escola de Gestão Pública do TCEPR - <https://egp.tce.pr.gov.br/Home/Cursos?idModalidade=2>

Outras iniciativas relevantes do TCEPR para a criação de condições de localização da Agenda 2030 no Estado incluem o fortalecimento de mecanismos de **participação social** e a disponibilização de informações de qualidade, tais como ações de integração da sociedade civil organizada e da academia no ciclo de fiscalização, o fomento à transparência na administração pública e a publicação de diversos painéis de informações no **Portal Informação para Todos (PIT)**, sobre temas tais como saneamento, violência contra a mulher, obras públicas, emendas parlamentares, e outros.

Vale destacar também que o setor de Jurisprudência do TCEPR vem identificando os Acórdãos da Corte conforme os temas objeto das decisões afetam os ODS. Essa marcação se baseia na aplicação de um gabarito de conceitos-chave adaptado de metodologia exclusivamente desenvolvida para análise do alinhamento do PPA constante do primeiro relatório ODS produzido na Casa, no âmbito das Contas do Governador, exercício de 2017.

Finalmente, é digno de nota que o TCEPR coordena ações voltadas ao desenvolvimento de competências para auditoria de preparação e auditoria de implementação dos ODS junto à Rede Integrar, composta por todos os 33 tribunais de contas brasileiros.

<https://www1.tce.pr.gov.br/>

<https://redeintegrar.irbcontas.org.br/>

Capítulo 2. Acompanhamento dos indicadores ODS no território

Os indicadores globais definem os países como a principal escala espacial na qual os governos e agências devem medir e relatar o progresso em direção aos ODS. Porém, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “as médias nacionais muitas vezes deturpam as realidades das regiões e das cidades e tendem a mascarar grandes disparidades territoriais, comprometendo a premissa dos ODS de “não deixar ninguém para trás”.

A implementação subnacional dos ODS, nesse sentido, exige esforços que podem não estar sendo adequadamente considerados na avaliação dos progressos da Agenda Global: a coleta regular de dados de qualidade sobre a vida das pessoas em suas comunidades é um desafio que impacta determinadamente as decisões políticas dos governos e das pessoas.

Nesse contexto o Governo Paraná comprometeu-se com o emprego de estatísticas oficiais baseadas no quadro global de indicadores, desagregados até o nível municipal, tendo chegado, em 2024, a um quadro próprio de 104, conforme ilustração a seguir.

ODS	Meta	Quantidade de indicadores ODS locais disponíveis na Base de Dados do Estado (BDEweb)
1	1.5	1
	1.A	1
2	2.1	2
3	3.1	2
	3.2	5
	3.3	6
	3.4	1
	3.6	1
	3.7	2
	3.9	2
	3.B	12
	3.C	5

ODS	Meta	Quantidade de indicadores ODS locais disponíveis na Base de Dados do Estado (BDEweb)
4	4.1	7
	4.2	1
	4.A	5
	4.C	20
5	5.5	2
6	6.1	1
	6.2	1
7	7.1	1
8	8.1	2
	8.5	13
	8.9	2
	8.10	2
9	9.2	2
11	11.5	1
13	13.1	1
15	15.1 (15.1.1br)	1

ODS	Meta	Quantidade de indicadores ODS locais disponíveis na Base de Dados do Estado (BDEweb)
16	16.1	1
	16.9	1
TOTAL		104

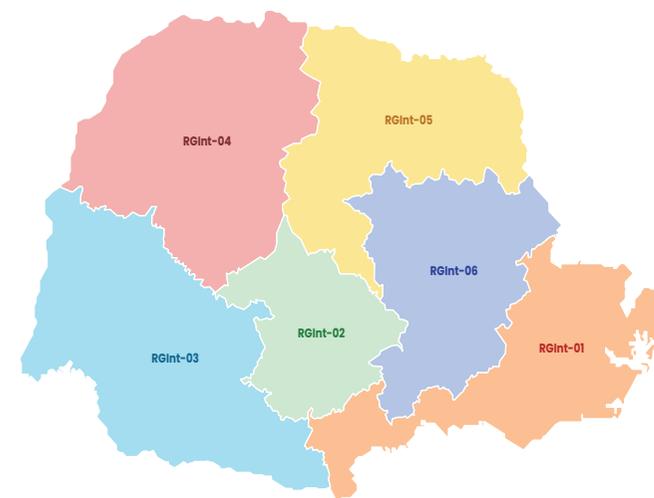
Todos esses indicadores podem ser consultados página do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Iparades (<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indicadores-ODS>), a partir de consulta nas variáveis iniciadas com a letra “O” de “ODS”, ou na ferramenta de *Business Intelligence* (BI) disponibilizada pela Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (SGDES): <https://www.sgdes.pr.gov.br/Pagina/BI-ODS>

Questões relacionadas à disponibilidade e qualidade de dados desagregados, à periodicidade de coletas de dados primários, à disponibilidade de pessoal qualificado para o desenvolvimento do trabalho, entre outros, são desafios importantes que justificam a ausência de indicadores disponíveis para o acompanhamento dos ODS 10, 12, 14 e 17. Ainda, observa-se que um mesmo indicador é utilizado para mensurar a evolução de metas dos ODS 1, 11 e 13:

ODS	Meta	Indicador
1	1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
11	11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.
13	13.1	Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais.

Número de Mortes, Pessoas Desaparecidas e Pessoas Diretamente Afetadas Atribuído a Desastres

Neste relatório foram utilizadas como unidades de apresentação dos indicadores os níveis de maior agregação, quais sejam: Estado e Regiões Geográficas Intermediárias (RGInt). As RGInt representam o agrupamento articulado de regiões imediatas que, por sua vez, correspondem a conglomerados de municípios que compartilham funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados ou grandes universidades. Essa regionalização é a mesma utilizada nos instrumentos de planejamento orçamentário do Estado, que o divide em 06 partes:



ESTADO DO PARANÁ

RGInt 01 - Curitiba	45 Municípios	RGInt 04 - Maringá	118 Municípios
RGInt 02 - Guarapuava	19 Municípios	RGInt 05 - Londrina	94 Municípios
RGInt 03 - Cascavel	100 Municípios	RGInt 06 - Ponta Grossa	26 Municípios

FONTE: IPARDES

Base cartográfica ITCC (2018)

Consulte a lista de municípios por região intermediária no PPA 2024-2027 (Lei 21.861/2023), páginas 81 a 90, no link https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-02/Livro_PPA_2024_2027_Lei_21861_18_dez_2023_comemendas.pdf

A seguir são apresentados os indicadores que retratam alguns dos ODS no Paraná, com destaque para o valor da meta correspondente para o Estado (ou “N/D” quando não definida) e o valor mais recente disponível, assim como séries históricas compostas por pelo menos quatro medições imediatamente anteriores, para o Estado e para as Regiões Geográficas Intermediárias, com respectivas análises sobre sua variação.

ODS 1: Erradicação da pobreza



Despesas públicas municipais com educação e seguridade social

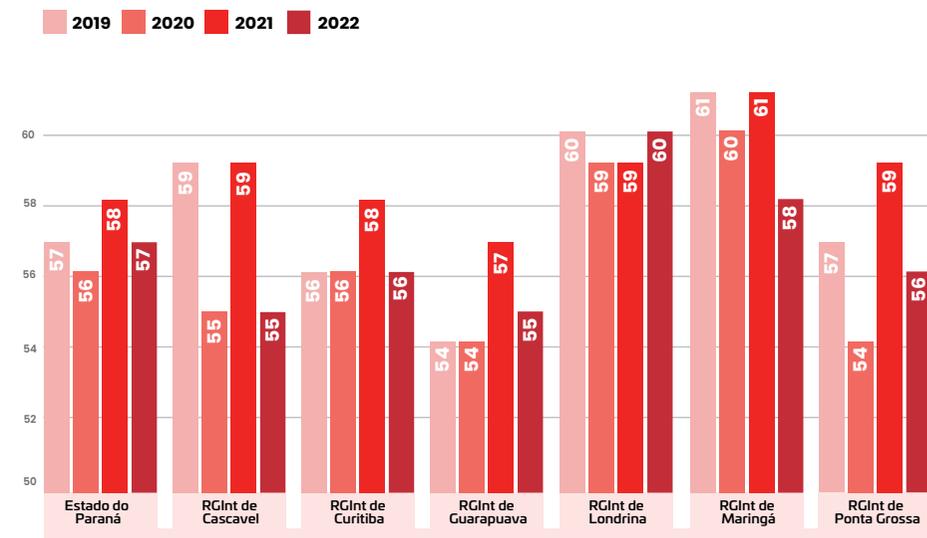
No Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social engloba as políticas setoriais de **saúde, previdência e assistência social**. Por lei, os municípios são obrigados a aplicar, respectivamente, um **mínimo de 15% e 25%** de seus orçamentos em ações e serviços públicos de saúde e na manutenção e desenvolvimento do ensino. Ademais, as despesas com previdência social de servidores públicos e efetivos deve **respeitar o teto de 60%**.

Este indicador, portanto, expressa a participação percentual das despesas decorrentes das ações voltadas para **educação, saúde, previdência e assistência social** no total da despesa efetivamente realizada durante o exercício fiscal.

Valor da Meta para o Estado: N/D

Valor 2023: 56,60% - Segue série histórica

Figura 1: Proporção do total de despesas públicas com **educação e seguridade social** (como percentual do total de despesas)



Fonte: IparDES (2024).

Durante o período observado o Estado do Paraná, não apresentou grandes variações na proporção de despesas públicas destinadas a educação e seguridade social. Em 2021, tais despesas chegaram a representar aproximadamente **58%, maior percentual estadual no período destacado**. À exceção da Região Intermediária de Londrina, os incrementos percentuais no total destas despesas em 2021 foram seguidos de uma redução em 2022.

ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável



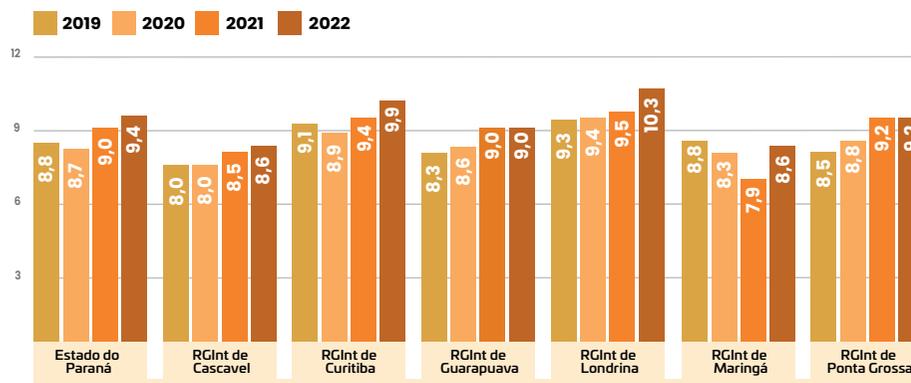
Nascidos vivos com baixo peso ao nascer

Este indicador mede o percentual de nascidos vivos com peso inferior a **2.500 gramas** ao nascer em um determinado período, segundo o local de residência da mãe.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 9,37% - Segue série histórica

De maneira geral, observa-se, ao longo do período ilustrado na Figura 2, estabilidade ou leve tendência de aumento na proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer. Na Região Intermediária de **Londrina**, este aumento chegou a um ponto percentual, passando de **9,3% (2019)** para **10,3% (2022)**. Já a Região Intermediária de **Maringá** apresentou uma redução de 0,2 pontos percentuais, indo de **8,8% (2019)** para **8,6% (2022)**. No Estado como um todo, **em 2022, 9,4%** dos nascidos vivos apresentaram peso inferior a **2.500 gramas** no nascimento.

Figura 2: Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (como percentual do total de nascidos vivos)



Fonte: IparDES (2024).



2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS 3: Saúde e Bem-Estar



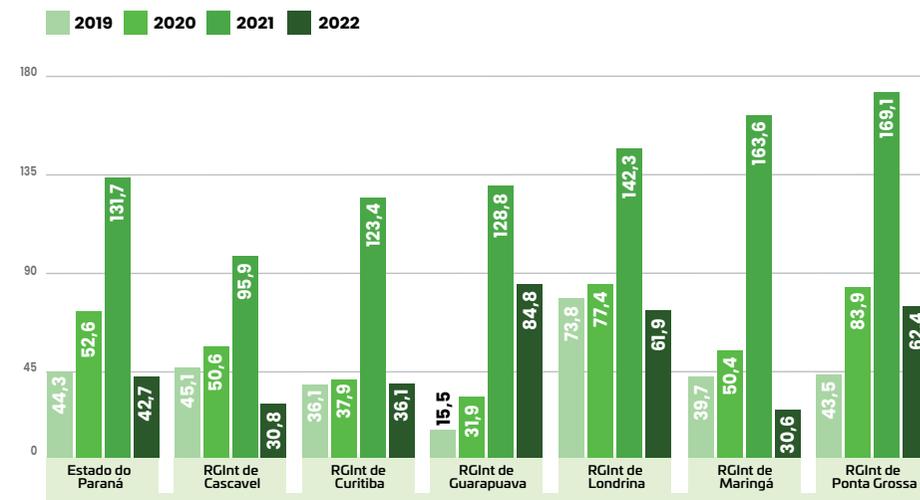
Mortalidade materna

A razão de mortalidade materna expressa o número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos, de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Especificamente, ela estima a frequência de óbitos femininos ocorridos **até 42 dias após o término da gravidez** atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao total de nascidos vivos. O número de nascidos vivos é adotado como uma aproximação do total de mulheres grávidas.

Este indicador reflete a qualidade da atenção à saúde da mulher. Taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas à insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal até a assistência ao parto e ao puerpério.

Valor da Meta para o Estado: 30
Valor 2023: 43,62 - Segue série histórica

Figura 3: Razão de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)



Fonte: Ipardes (2024).

A meta instituída pela **ONU** estabelece a redução da taxa de mortalidade materna global para **menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos**. No **Paraná**, seguindo as sugestões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a meta foi ajustada para **menos de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos**.

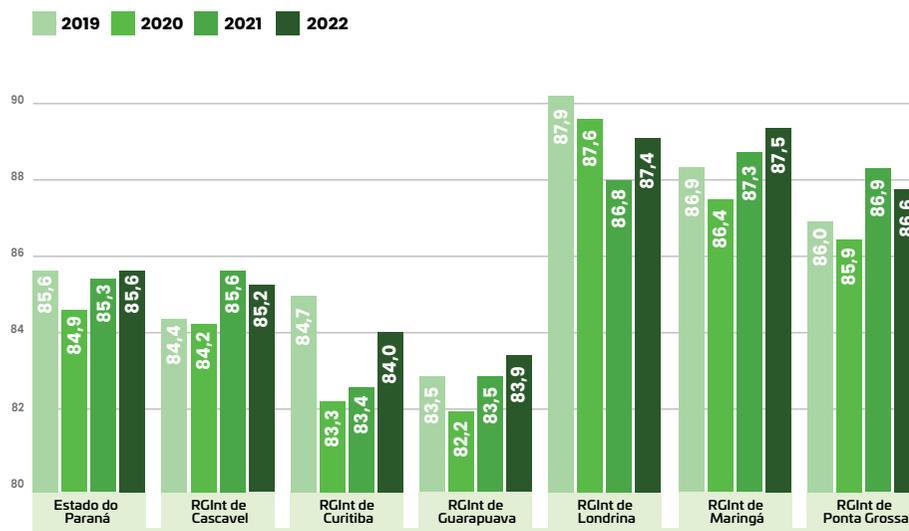
Em 2021, observa-se, tanto no Paraná quanto nas Regiões Intermediárias, um aumento significativo da mortalidade materna. Em 2022, com a redução dos óbitos maternos em Estado e Regiões Intermediárias, atingiu-se a meta internacional. No entanto, apenas as Regiões Intermediárias de **Cascavel (30,8)** e **Maringá (30,6)** apresentaram valores condizentes com a meta nacional sugerida.

Nascidos vivos com sete ou mais consultas pré-natal

Nascidos vivos são definidos como os nascimentos que apresentam evidência de vida ao nascer, tais como respiração, batimento cardíaco, pulsação do cordão umbilical ou movimentos efetivos da musculatura voluntária. Este indicador, assim, calcula a proporção de nascidos vivos cujas mães passaram por **sete ou mais consultas de pré-natal**. No Paraná, espera-se que **80% das gestantes** passem por este número de consultas.

Valor da Meta para o Estado: 80%
Valor 2023: 87,13% - Segue série histórica

Figura 4: Proporção de nascidos vivos com sete ou mais consultas de pré-natal (como percentual do total de nascidos vivos)



Fonte: IparDES (2024).

No período ilustrado, os anos de 2019 e 2022 apresentaram valores bastante similares na maioria das Regiões Intermediárias. O mesmo se observa no **Estado (85,6%)**. É notória a queda no percentual de mães que passaram por pelo menos sete consultas de pré-natal durante o primeiro ano do período pandêmico. Em 2022, as Regiões Intermediárias de **Curitiba (84%)** e **Londrina (87,4%)** ainda não haviam retornado aos níveis pré-pandêmicos. Observa-se o contínuo atingimento da meta adotada ao longo da série temporal, no Estado e todas as suas Regiões Intermediárias.

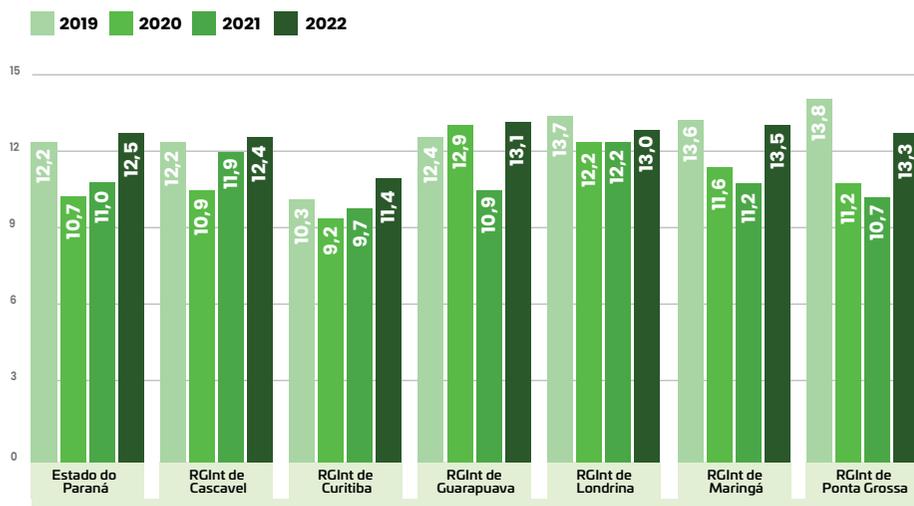


Mortalidade infantil: menores de cinco anos de idade

Este indicador mede o número de óbitos de menores de cinco anos de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Valor da Meta para o Estado: 8
Valor 2023: 12,54 - Segue série histórica

Figura 5: Taxa de mortalidade em menores de cinco anos de idade (por mil nascidos vivos)



Fonte: Ipardes (2024).

A meta original da ONU propõe, até 2030, **acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos**, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo **12 por mil nascidos vivos** e a mortalidade de crianças menores de cinco anos para no máximo **25 por mil nascidos vivos**.

Com relação à mortalidade de crianças menores de cinco anos, o Paraná adotou a meta sugerida para o Brasil de reduzir as mortes para no máximo oito por mil nascidos vivos.

No período ilustrado, os anos de 2019 e 2022 apresentaram valores bastante similares na maioria das Regiões Intermediárias. O mesmo se observa no Estado. É notória a queda na taxa de mortalidade em menores de cinco anos durante os primeiros anos do período pandêmico (2020 e 2021), seguida de um aumento em 2022. Embora a meta estadual ainda não tenha sido atingida, tanto o **Paraná (12,5)** quanto as Regiões Intermediárias apresentaram valores dentro da meta internacional.

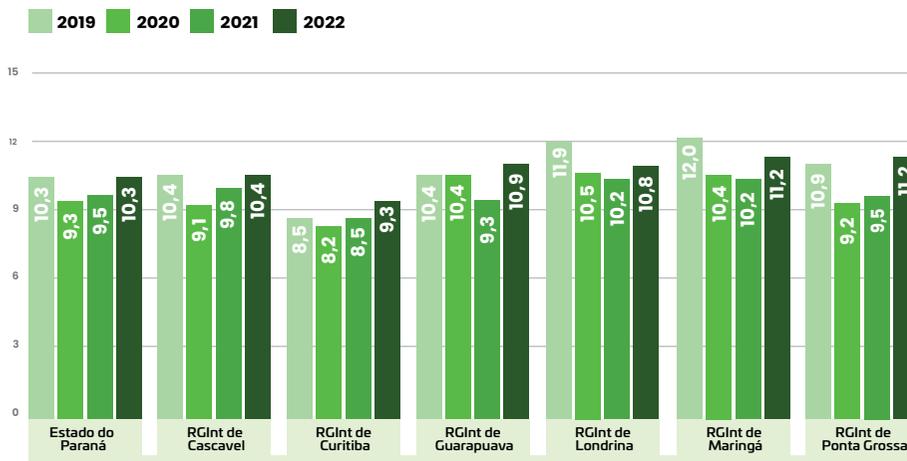


Mortalidade infantil: menores de um ano de idade

Este indicador calcula o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 10,8 – Segue série histórica

Figura 6: Taxa de mortalidade em menores de um ano de idade (por mil nascidos vivos)



Fonte: IparDES (2024).

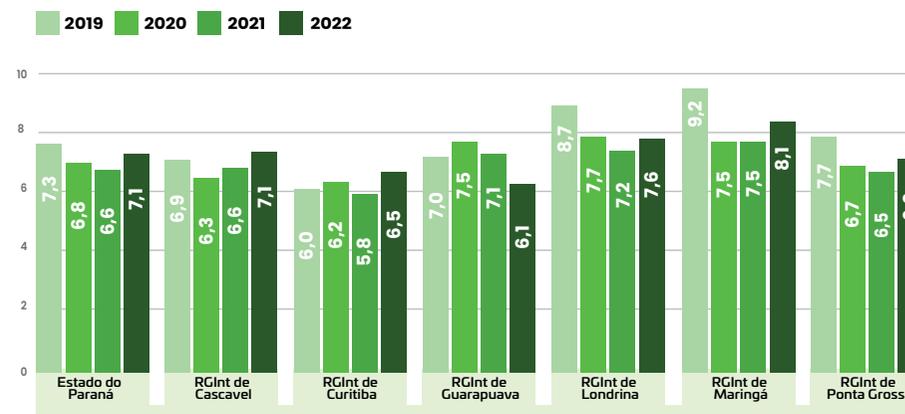
Quanto à mortalidade de menores de um ano de idade, também se observa pouca variação no quadriênio. A leve redução ocorrida nos anos de 2020 e 2021 foi seguida de um aumento em 2022, assim como observado na taxa de mortalidade em menores de cinco anos de idade. O Estado do Paraná, apesar das reduções em **2020 (9,3)** e **2021 (9,5)**, permaneceu com a mesma taxa de mortalidade nesta faixa etária **(10,3) em 2019 e 2022**.

Taxa de mortalidade neonatal - total (mil nascidos vivos)

Este indicador mede o número de óbitos de recém-nascidos de **0 a 27 dias de vida completos**, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. No Brasil, a mortalidade neonatal (0 a 27 dias de vida) passou a ser o principal componente da mortalidade infantil em termos proporcionais a partir do final da década de 80¹.

Valor da Meta para o Estado: 5,0
Valor 2023: 7,49 – Segue série histórica

Figura 7: Taxa de mortalidade neonatal total (por mil nascidos vivos)



Fonte: IparDES (2024).

O Paraná adotou como meta a redução da mortalidade neonatal para no máximo cinco óbitos por mil nascidos vivos. Assim como no caso da mortalidade de menores de cinco anos de idade, Paraná e Regiões intermediárias ainda não alcançaram a meta adaptada para a realidade local, apesar de já terem alcançado a meta estabelecida

¹ https://b: vsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_obito_infantil_fetal_2ed.pdf

internacionalmente. O indicador estadual mostra pouca evolução, reduzindo de **7,3, em 2019, para 7,1, em 2022**. Em **2022**, a Região Intermediária de Guarapuava apresentou taxa de mortalidade neonatal igual a **6,1**.

Mortalidade neonatal

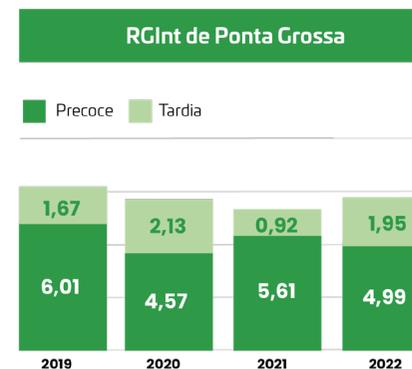
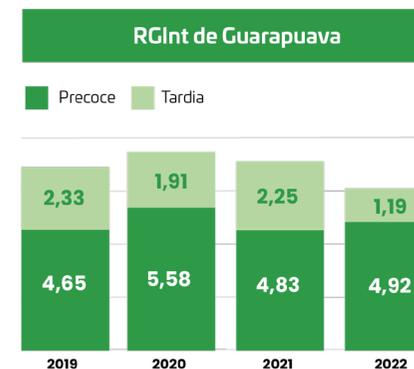
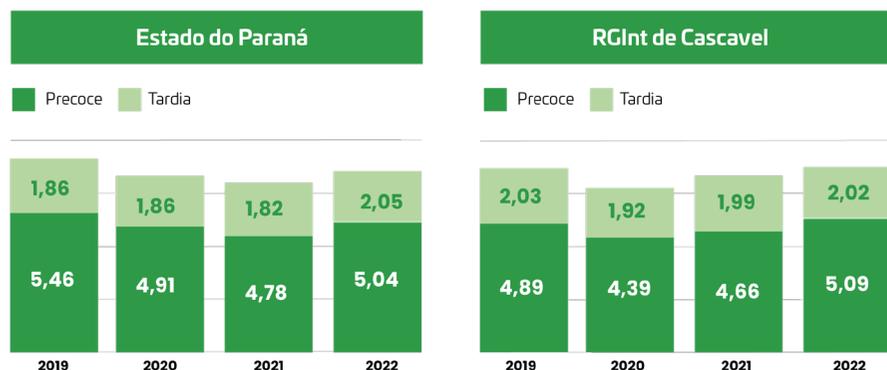
A taxa de mortalidade neonatal total possui dois componentes:

- i. Taxa de mortalidade neonatal precoce (número de óbitos de zero a seis dias de vida completos, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado); e
- ii. Taxa de mortalidade neonatal tardia (número de óbitos de sete a 27 dias de vida completos, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado).

Taxas elevadas estão geralmente associadas a condições insatisfatórias de assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valores 2023: 5,51 (precoce); 1,99 (tardia) - Segue série histórica

Figura 8: Taxas de mortalidade neonatal precoce e tardia (por mil nascidos vivos)



Fonte: IparDES (2024).

Ao longo do quadriênio, observa-se a predominância da taxa de mortalidade neonatal precoce no Paraná, bem como nas Regiões Intermediárias. Chama a atenção o fato de que a taxa de mortalidade neonatal precoce (**4,92**) na Região Intermediária de **Guarapuava** correspondeu a mais de **80% da taxa total (6,1)**.

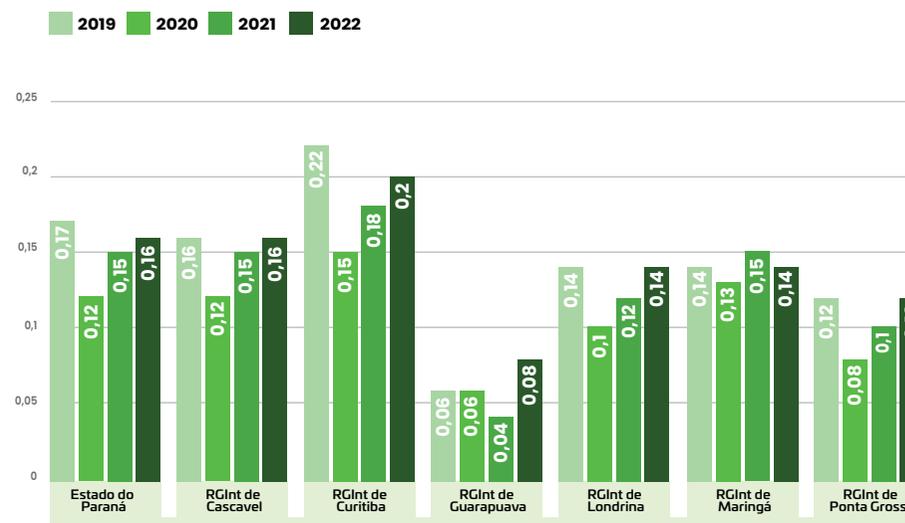
Já na Região Intermediária de Ponta Grossa, em 2021, a taxa de mortalidade neonatal precoce (**5,61**) **representou 86% da taxa total (6,5)**, enquanto a taxa de mortalidade tardia (**0,92**) respondeu por **14%**. No ano seguinte, houve, nesta Região Intermediária, um aumento na taxa total (**6,9**). Tal aumento foi impulsionado especialmente pelo incremento da taxa de mortalidade neonatal tardia (**1,95**), correspondente a quase **30% da taxa total**.



Incidência de AIDS

Este indicador calcula o número de casos novos confirmados de **Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS)**, no ano diagnosticado como de contágio, por local de residência, dividido pela população residente total.

Figura 9: Taxa de incidência de AIDS por ano de diagnóstico (por mil habitantes)



Fonte: IparDES (2024).

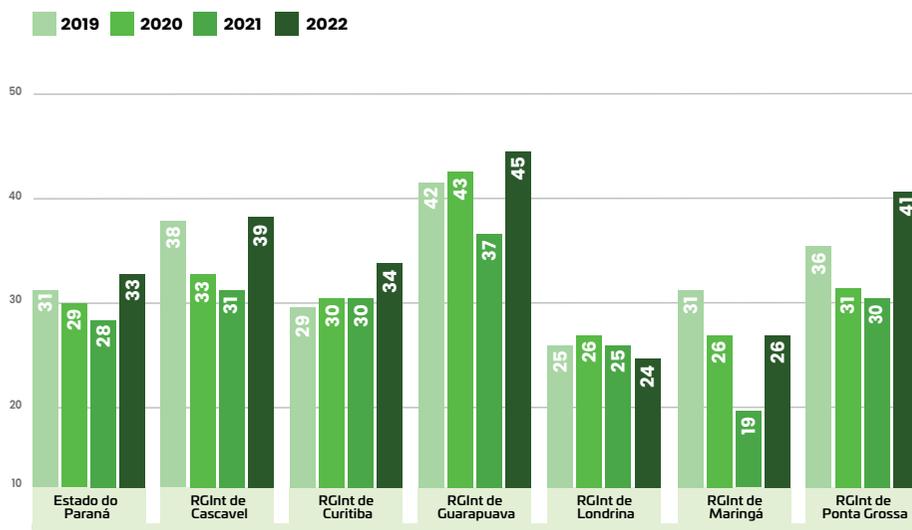
No Estado do Paraná, observa-se uma redução na taxa de incidência de AIDS de **2019 (0,17)** para **2020 (0,12)**, seguida de aumento nos anos posteriores. Em **2022**, a cada mil habitantes do Estado, **0,16** foram diagnosticados como soropositivos.

De maneira geral, as taxas apresentadas pelas Regiões Intermediárias em 2019 e em 2022 são similares. Na Região Intermediária de **Curitiba**, a taxa de incidência foi de **0,2, em 2022**.

Casos de AIDS entre mulheres

Este indicador mede o percentual de casos confirmados de síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS) ocorridos entre mulheres, segundo o ano de diagnóstico e o local de residência, em relação ao total de casos confirmados.

Figura 10: Proporção dos casos de AIDS entre mulheres (como percentual do total de casos de AIDS)



Fonte: Iparades (2024).

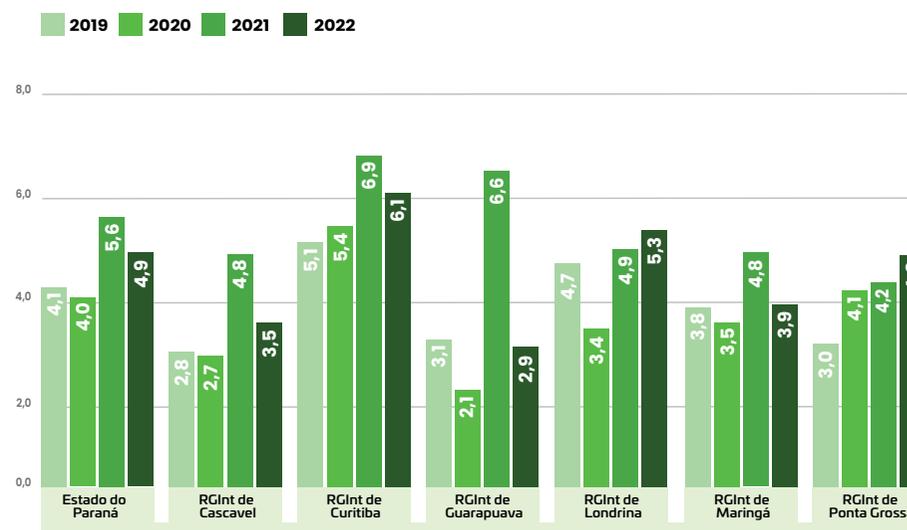
No Estado do Paraná, em 2022, mulheres responderam por em torno de **33%** dos casos confirmados de AIDS. Este valor representa um aumento aproximado de cinco pontos percentuais em relação a 2021 (**28%**). Na Região Intermediária de Guarapuava, a proporção de mulheres dentre os casos confirmados chegou a **45% em 2022**.

Taxa de mortalidade por AIDS

Este indicador expressa o número de óbitos por AIDS a cada 100 mil habitantes, na população residente em determinado local.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 4,65 - Segue série histórica

Figura 11: Taxa de mortalidade por AIDS (por 100 mil habitantes)



Fonte: Iparades (2024).

No ano de 2021, a taxa de mortalidade por AIDS apresentou picos em quatro Regiões Intermediárias: Cascavel (**4,8**), Curitiba (**6,9**), Guarapuava (**6,6**) e Maringá (**4,8**). O mesmo observa-se no Estado do Paraná (**5,6**) que, em 2022, registrou 4,9 óbitos por 100 mil habitantes. Neste mesmo ano, no Brasil ², a taxa de mortalidade por AIDS registrada foi de 4,1 óbitos.

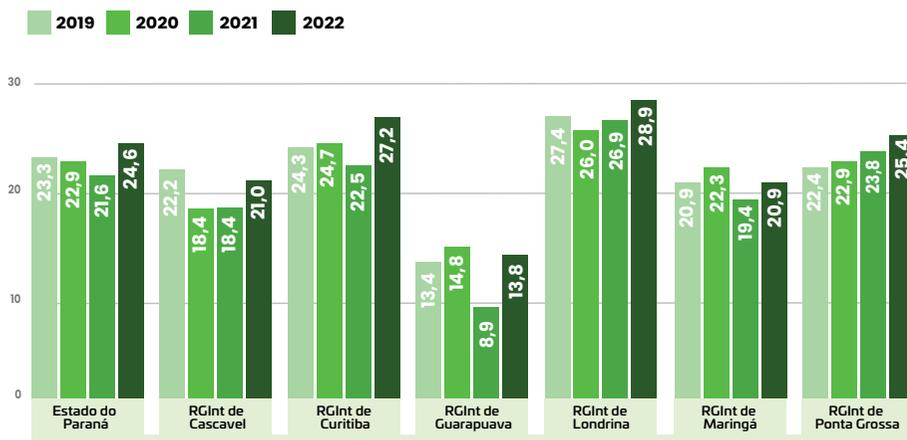
² <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2023/hiv-aids/boletim-epidemiologico-hiv-e-aids-2023.pdf/view>

Taxa de incidência de tuberculose

Este indicador expressa o número de casos novos confirmados de tuberculose, em todas as suas formas, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 24,77 - Segue série histórica

Figura 12: Taxa de incidência de tuberculose (por 100 mil habitantes)



Fonte: IparDES (2024).

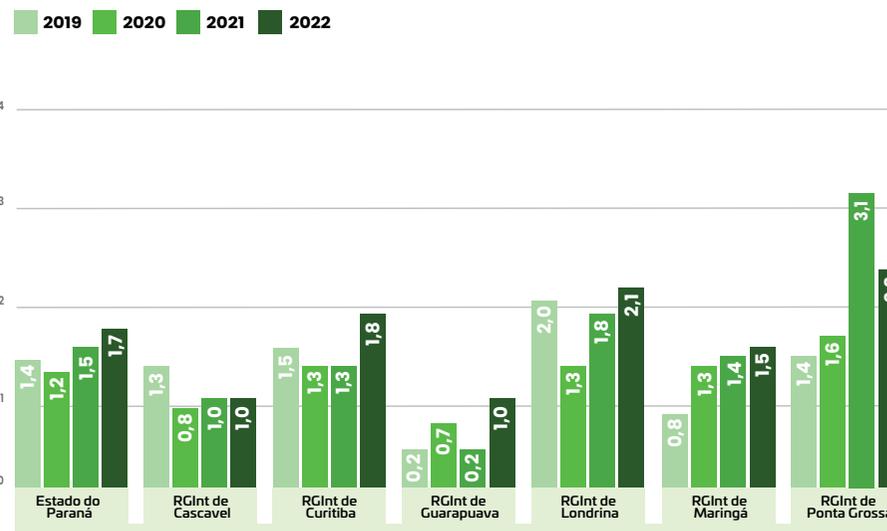
Em 2022, o Estado do Paraná registrou uma taxa de incidência de **24,6** casos da doença por 100 mil habitantes. Na Região Intermediária de Londrina, essa taxa chegou a **28,9** em 2022. Já na Região Intermediária de Ponta Grossa, houve o crescimento contínuo da taxa no quadriênio observado, que atingiu **25,4** em 2022.

Taxa de mortalidade por tuberculose

Este indicador expressa a taxa de mortalidade por tuberculose, em todas as suas formas, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 1,79 - Segue série histórica

Figura 13: Taxa de mortalidade por tuberculose (por 100 mil habitantes)



Fonte: IparDES (2024).

Nenhuma Região Intermediária, tampouco o Estado do Paraná, apresentou redução contínua na taxa de mortalidade por tuberculose. Na Região Intermediária de **Guarapuava**, observa-se uma oscilação ao longo dos quatro anos, chegando a taxa ao seu valor mais alto em 2022 (**1,0**). Na Região Intermediária de **Ponta Grossa**, entre **2020 e 2021**, houve um aumento de quase **100%** na taxa de óbitos causados pela doença, que **passou de 1,6 para 3,1**, respectivamente.

Cobertura vacinal contra tuberculose (vacina BCG)

Valores preliminares, em revisão pelo DATASUS.

Este indicador mede o percentual de pessoas com esquema básico completo na idade-alvo para a vacina BCG (Bacilo de Calmette e Guérin). **A idade-alvo contempla neonatos.** A vacina é indicada para prevenir as formas graves da tuberculose, a saber: miliar e meníngea.

Valor da Meta para o Estado: 90%

Valor 2023: 91,75% - Segue série histórica

Figura 14: Cobertura vacinal para BCG (tuberculose) no **Estado do Paraná** (como percentual do total de pessoas na idade-alvo)



Fonte: Ipardes (2024).

Entre os anos de **2016 e 2019**, os valores atingidos superaram a meta proposta para o Estado do Paraná, que corresponde a **90% de cobertura vacinal para a BCG**. Entretanto, em 2021 e 2022, a meta para o Estado não foi atingida. De modo geral, observa-se a queda no percentual de cobertura vacinal da BCG durante os primeiros anos do período pandêmico, seguida de um aumento em **2022 (89,2%)**. O percentual de cobertura vacinal obtido em 2021 correspondeu ao menor valor para o período ilustrado (**82,2%**), quase oito pontos percentuais abaixo da meta estabelecida.

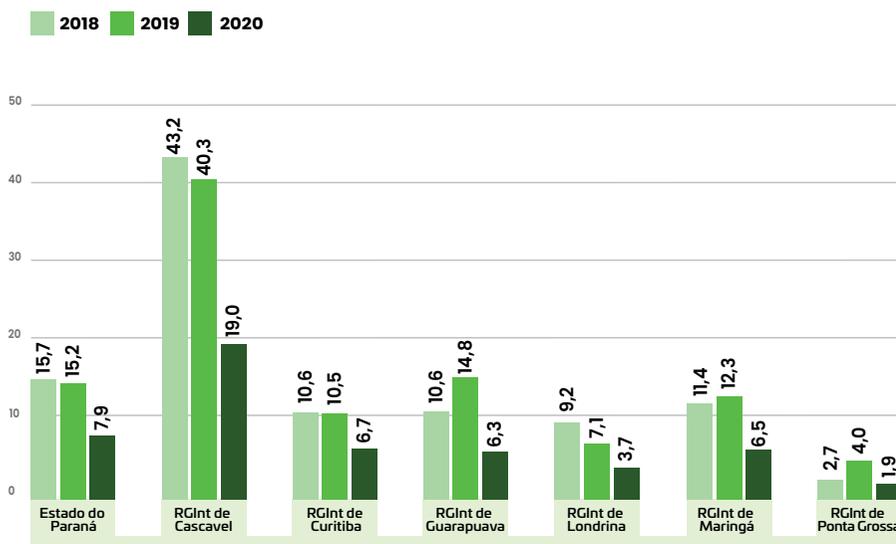


Incidência de hepatite B

Este indicador expressa o número de novos casos de infecção pelo vírus da hepatite B confirmados, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 9,4 – Segue série histórica

Figura 15 Taxa de incidência de hepatite B (por 100 mil habitantes)



Fonte: Ipardes (2024).

Durante o triênio, observa-se que, especialmente para o Estado do Paraná e as Regiões Intermediárias de Cascavel, Curitiba e Maringá, nos dois primeiros anos da série (2018 e 2019), não houve oscilações

significativas na taxa de incidência de hepatite B. Por outro lado, no ano de 2020, observa-se um notório declínio na taxa de novos casos de hepatite B, tanto no Estado do Paraná como nas seis Regiões Intermediárias. Nas Regiões Intermediárias de Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa, o declínio em 2020 correspondeu a mais de 50% em relação à taxa observada em 2019. No Brasil³, **em 2020**, a taxa de incidência de hepatite B foi de **3,8 casos a cada 100 mil habitantes**. Vale ressaltar que o ano de 2020 marca o início do período pandêmico de COVID-19.

Cobertura vacinal contra hepatite B (HB) - total e em menores de 1 mês

Valores preliminares, em revisão pelo DATASUS.

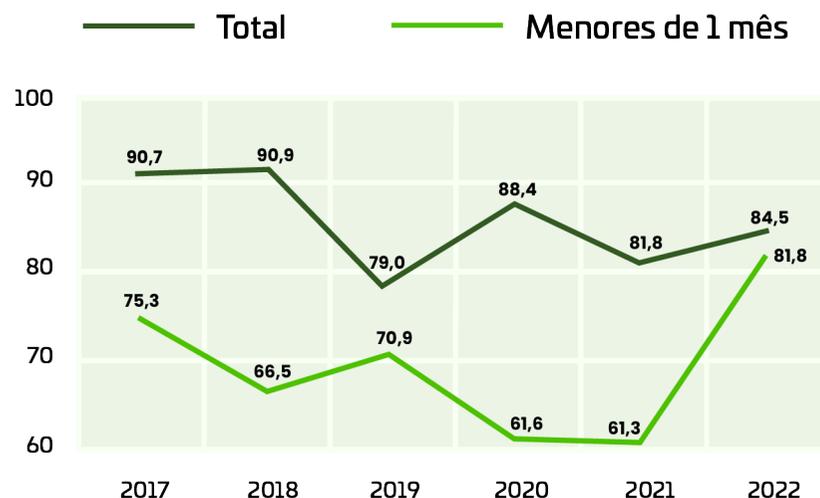
O indicador de cobertura vacinal contra a hepatite B mede o percentual de pessoas com esquema básico completo na idade-alvo para a vacina contra hepatite B (HB).

No caso do indicador geral, a idade-alvo se refere à população de **um a 49 anos** de idade, **gestantes** em qualquer faixa etária e idade gestacional e integrantes dos **grupos vulneráveis**, independentemente da faixa etária ou da comprovação da condição de vulnerabilidade. Já no caso do indicador relativo a **menores de um mês**, a população-alvo abarca **recém-nascidos, com até 30 dias de vida**. Os recém-nascidos **devem ser vacinados contra a hepatite B** o mais precocemente possível, preferencialmente nas **primeiras 12 horas de vida**. Alternativamente, a vacinação deve ocorrer nas **primeiras 24 horas**, de preferência ainda na maternidade, ou durante a primeira visita ao serviço de saúde.

3 <https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador334>

Valor da Meta para o Estado: 95%
Valores 2023: 91,50% (total); 84,49% (menores de 1 mês)
 Segue série histórica

Figura 16: Cobertura vacinal contra hepatite B no **Estado do Paraná** (como percentual do total de pessoas na população-alvo)



Fonte: Ipardes (2024).

A meta proposta para o **Estado do Paraná** corresponde a **95% de cobertura vacinal para hepatite B**, em todas as faixas etárias. Ao longo do período avaliado (2017-2022), os valores de cobertura vacinal atingidos ficaram abaixo da meta, em ambas as faixas etárias observadas. Além disso, no caso do indicador relativo a menores de um mês, os percentuais de cobertura vacinal são inferiores aos percentuais relativos ao indicador correspondente à população de um a 49 anos de idade, em todos os anos da série.

Quanto à cobertura vacinal na população de **um a 49 anos de idade**, especificamente, observa-se que, nos dois primeiros anos da série, os percentuais de cobertura vacinal se mantiveram sem grandes oscilações, correspondendo a **90,7%, em 2017, e 90,9%, em 2018**. Entretanto, **em 2019**, houve uma queda de mais de dez pontos percentuais. Com isso, a cobertura vacinal total contra hepatite B no Estado ficou em **79%**. No ano seguinte, **2020**, a cobertura subiu para **88,4%**. Após nova queda em **2021 (81,8%)**, observa-se novo aumento em **2022 (84,5%)**.

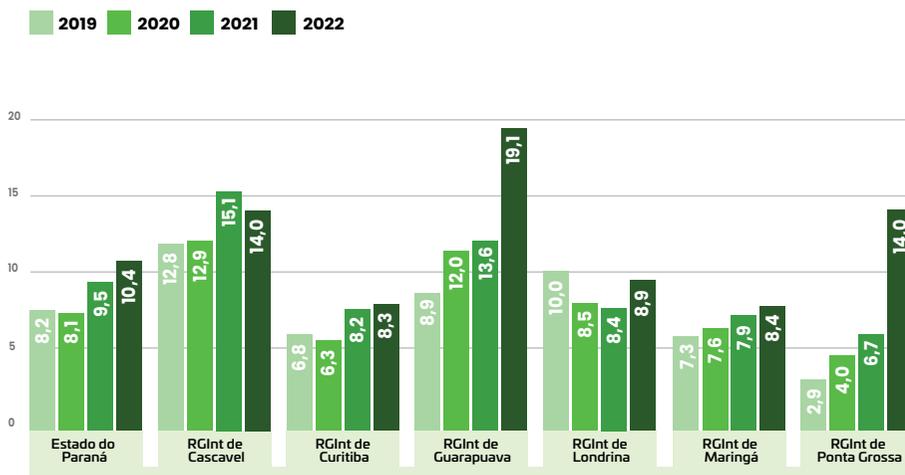
Em relação à cobertura vacinal em **menores de um mês**, o panorama é outro. Primeiramente, os percentuais de cobertura mostram-se inferiores comparativamente à população de um a 49 anos. Além disso, observam-se oscilações diferentes. Houve uma queda da cobertura nos dois primeiros anos: **de 75,3%, em 2017, para 66,5%, em 2018**. Posteriormente, **em 2019**, a cobertura entre os menores de um mês subiu para **70,9%**. Porém, nos primeiros anos do período pandêmico, a cobertura vacinal entre os menores de um mês voltou a cair, atingindo **61,6% (2020) e 61,3% (2021)**. Ao contrário do observado na população de um a 49 anos, a cobertura vacinal contra hepatite B entre os menores de um mês aumentou significativamente em **2022, atingindo 81,8%**.

Mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídios)

Este indicador expressa o número de óbitos por lesões autoprovocadas intencionalmente – ou seja, suicídios – a cada 100 mil habitantes.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 9,72 – Segue série histórica

Figura 17: Taxa de mortalidade por suicídio (por 100 mil habitantes)



Fonte: Ipardes (2024).

De maneira geral, observa-se a alta nas taxas de mortalidade por suicídio no ano de 2022. Nas Regiões Intermediárias de Guarapuava e Ponta Grossa, a taxa de mortalidade por suicídio (por 100 mil habitantes) chegou a **19,1** e **14**, nessa ordem. Tal alta também ocorreu no Estado do Paraná (**10,4**). Na Região Intermediária de Cascavel, houve

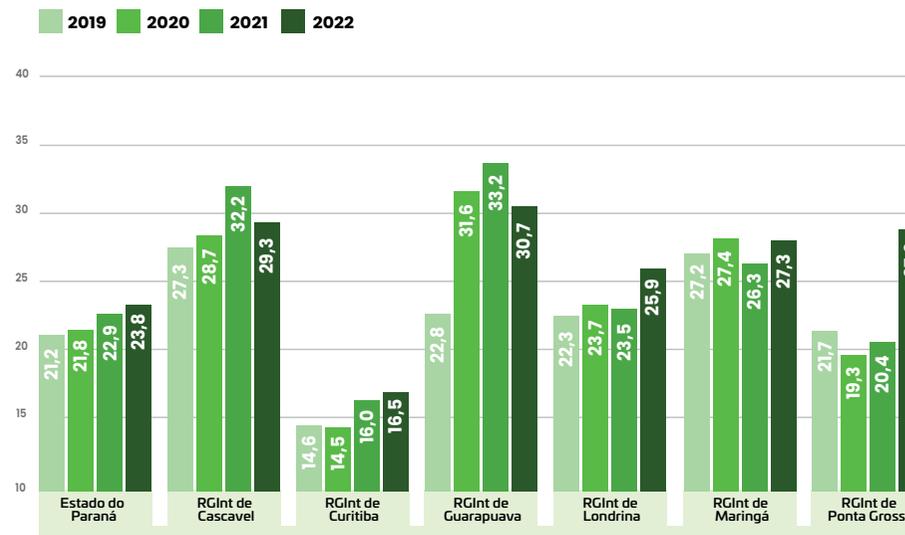
uma queda na taxa de mortalidade por suicídio de **2021 (15,1)** para **2022 (14)**. No entanto, esse valor ainda foi maior do que observados em **2019 (12,8)** e **2020 (12,9)**. Cabe salientar que o ano de 2022 marca o início do período pós-pandêmico.

Mortalidade por acidentes de trânsito (transporte)

Este indicador mede o número de óbitos por acidentes de transporte terrestre, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Valor da Meta para o Estado: 12,23
Valor 2023: 22,87 – Segue série histórica

Figura 18: Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes)



Fonte: Ipardes (2024).

A meta adotada pelo Estado do Paraná é de, até 2030, reduzir, pela metade, as mortes e lesões por acidentes de trânsito. Em 2015, no Estado, a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito foi de **24,25** a cada 100 mil habitantes. Especificamente, a meta estadual é reduzir essa taxa para **12,23 (ou menos)**. Para as Regiões Intermediárias, estabeleceram-se os seguintes valores como metas:

- **Região Intermediária de Cascavel: 15,38;**
- **Região Intermediária de Curitiba: 8,25;**
- **Região Intermediária de Guarapuava: 13,48;**
- **Região Intermediária de Londrina: 14,6;**
- **Região Intermediária de Maringá: 14,77; e**
- **Região Intermediária de Ponta Grossa: 11,74.**

Ao longo do período analisado, observa-se que, tanto no Estado do Paraná quanto nas seis Regiões Intermediárias, as metas propostas não foram alcançadas, havendo uma piora nas mortes por acidentes de trânsito. No Estado do **Paraná**, a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito chegou a **23,8, em 2022**.

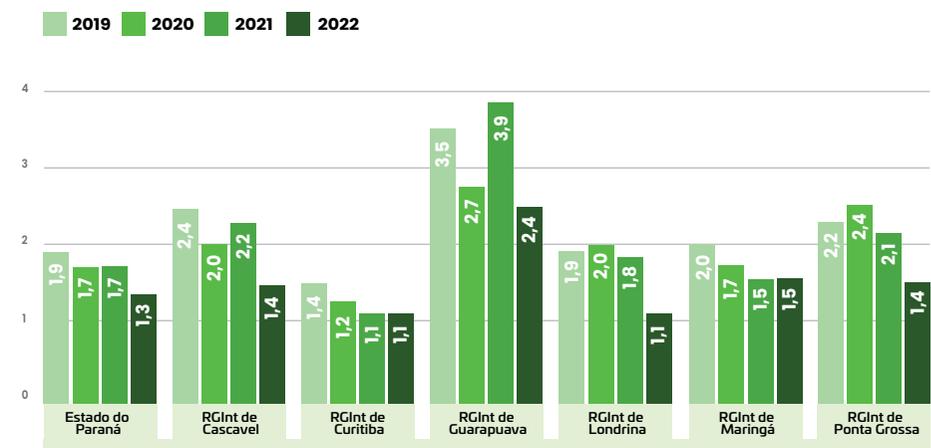
Na Região Intermediária de Cascavel, os valores de mortalidade por acidentes de trânsito também ficaram acima da meta estipulada, com um aumento progressivo até **2021 (32,2)**, seguido de queda em **2022 (29,3)**. A Região Intermediária de Guarapuava apresentou padrão semelhante, com um pico de **33,2** óbitos em **2021** e uma queda para **30,7 em 2022**. Ambos acima da meta de **13,48**.

Nascidos vivos de mães adolescentes

A taxa de nascidos vivos de mães entre 10 e 14 anos indica o número anual de nascidos vivos de meninas de 10 a 14 anos para cada 1.000 meninas na respectiva faixa etária. O mesmo indicador é calculado separadamente para adolescentes de 15 a 19 anos de idade. De acordo com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (**Estatuto da Criança e do Adolescente**), toda pessoa até 12 anos incompletos (desde zero ano até os 11 anos e 29 dias) é considerada criança. Quando se avalia a taxa de nascidos vivos entre 10 e 14 anos, espera-se que não haja gestação nessa faixa etária. Também conforme esta Lei, a adolescência abrange as idades de 12 a 18 anos.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 1,3 - Segue série histórica

Figura 19: Taxa de nascidos vivos de mães entre 10 e 14 anos de idade (por mil meninas desta faixa etária)

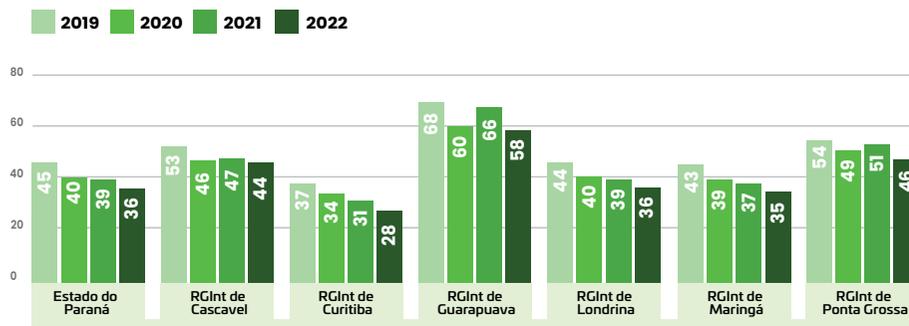


Fonte: Ipardes (2024).

O Estado do Paraná e as Regiões Intermediárias de Curitiba e Maringá apresentaram tendências bastante semelhantes, com declínio ao longo do período analisado para este indicador. Em 2022, os valores para este indicador foram, respectivamente, **1,3, 1,1 e 1,5** nascidos vivos de meninas de **10 a 14 anos** (por 1.000 meninas nesta faixa etária). Nas Regiões Intermediárias de Cascavel (**1,4**), Guarapuava (**2,4**), Londrina (**1,1**) e Ponta Grossa (**1,4**), apesar das oscilações, em 2022, os valores foram os menores do período em análise.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 34,2 - Segue série histórica

Figura 20: Taxa de nascidos vivos de mães entre 15 e 19 anos de idade (por mil adolescentes desta faixa etária)



Fonte: Ipardes (2024).

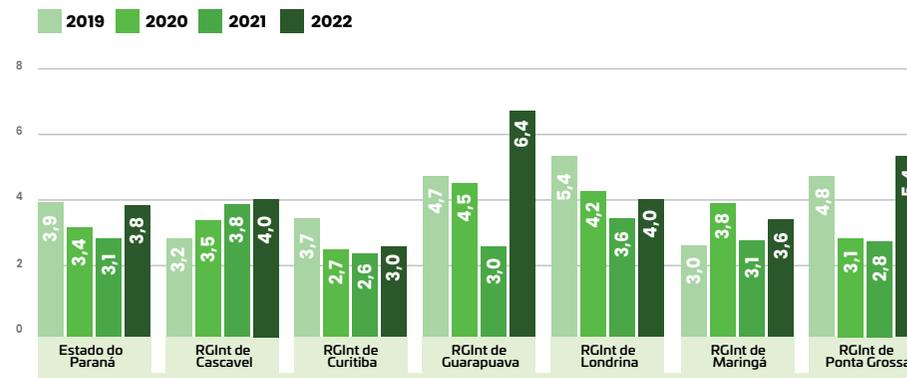
Quanto à taxa de nascidos vivos de mães adolescentes de 15 a 19 anos de idade, o Estado do Paraná e as Regiões Intermediárias de Curitiba, Londrina e Maringá apresentaram cenários bastante semelhantes. Observa-se o declínio gradual contínuo na taxa de nascidos vivos de mães entre 15 e 19 anos de idade (para cada mil adolescentes nessa faixa etária) ao longo do período analisado. Na Região Intermediária de Guarapuava, não obstante a queda ao longo do quadriênio, em 2022, o número de nascidos vivos de mães entre **15 e 19 anos foi de 58 para cada mil meninas nessa faixa etária.**

Mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene

Este indicador mede a taxa de mortalidade atribuída à água insegura, saneamento inseguro e falta de higiene – em outras palavras: exposição a serviços inseguros de água, esgotamento sanitário e higiene para todos, do inglês WASH (*Water, Sanitation and Hygiene*), que no Brasil refere-se a saneamento básico.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 3,62 - Segue série histórica

Figura 21: Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (por 100 mil habitantes)



Fonte: Ipardes (2024).

A **Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**, que disciplina diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelece que a universalização do acesso é um dos princípios fundamentais que norteiam serviços públicos de saneamento básico. No período analisado, entretanto, a taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras,

saneamento inseguro e falta de higiene indica a existência de registros de mortalidade associada a falhas no saneamento básico. De **2019 a 2022**, observam-se oscilações no indicador. No Estado, de **2019 a 2021**, houve uma redução dessa taxa de mortalidade, que, em **2021**, chegou a **3,1** e aumentou para **3,4 no ano seguinte**. Esse movimento de redução seguida de aumento também ocorreu em cinco Regiões Intermediárias. As Regiões Intermediárias de Guarapuava e Ponta Grossa fecharam essa série temporal com altas de **6,4 e 5,4**, nessa ordem. Na Região Intermediária de Cascavel, a taxa de mortalidade atribuída a fontes de água insegura, saneamento inseguro e falta de higiene aumentou anualmente, chegando a **4**, em **2022**.



3 SAÚDE E BEM-ESTAR

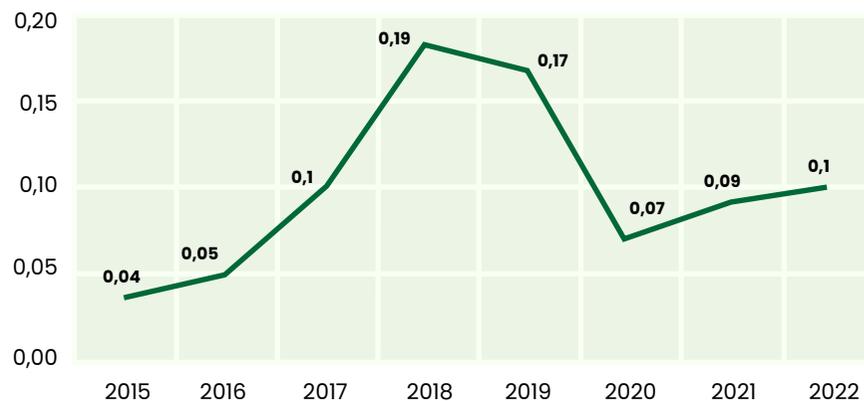


Mortalidade atribuída a intoxicação não intencional

Este indicador mede a taxa de mortalidade a partir de intoxicações não intencionais por 100 mil habitantes por ano.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 0,15 - Segue série histórica

Figura 22: Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional no **Estado do Paraná** (por 100 mil habitantes)



Fonte: Ipardes (2024).

Este indicador mede a taxa de mortalidade a partir de intoxicações não intencionais⁴ por 100 mil habitantes por ano no Estado do Paraná. De **2015 a 2019**, essa taxa subiu de **0,04 para 0,19**, correspondendo a um aumento de **375%**. Após, observa-se uma queda na taxa de mortalidade a partir de intoxicações não intencionais, que em **2020 caiu para 0,07**. A partir de **2021**, observa-se novamente o aumento no valor do indicador, que fechou **2022 em 0,1**.

⁴ Este indicador mede a taxa de mortalidade a partir de intoxicações por substâncias diversas, tais como analgésicos e anestésicos até solventes, adubos e fertilizantes. Os códigos CID-10 correspondentes ao indicador incluem X40, X43, X44, X46, X47, X48 e X49. http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/x40_x49.htm

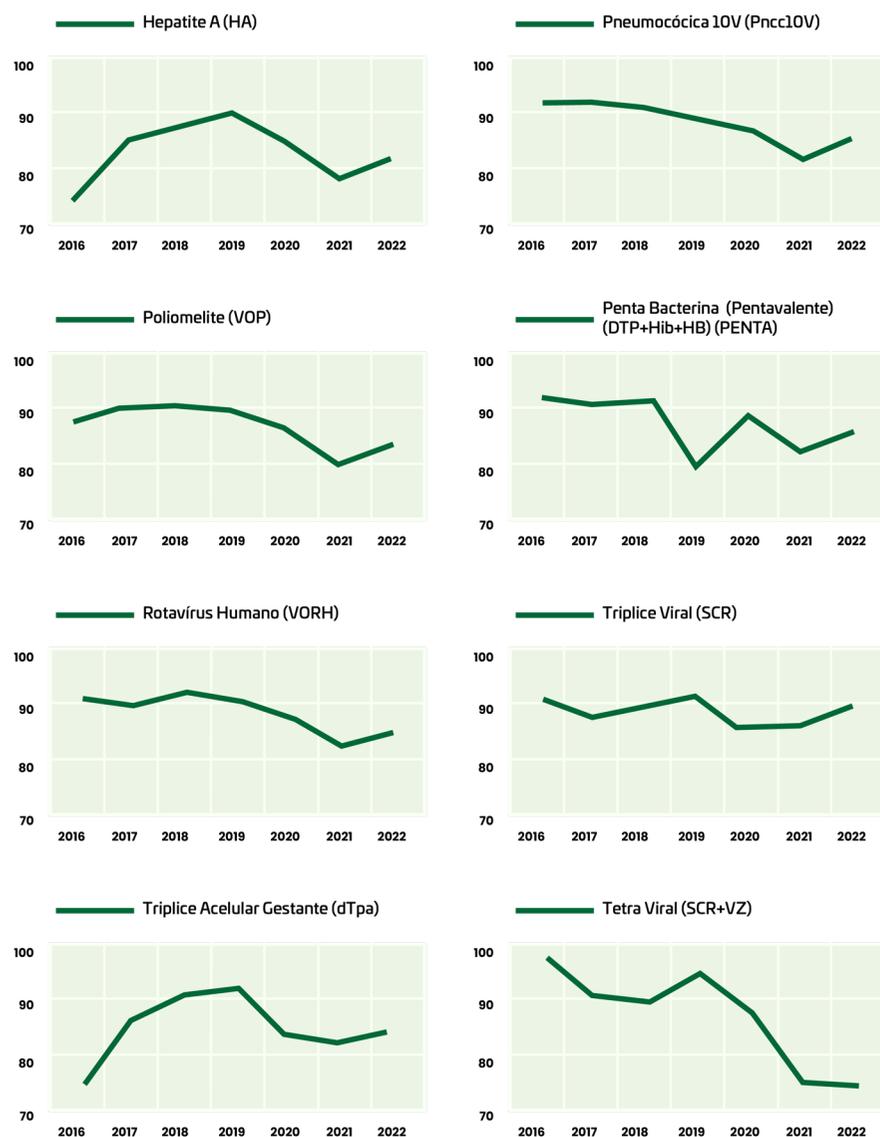
Cobertura vacinal

Valores preliminares, em revisão pelo DATASUS.

Voltando às coberturas vacinais, analisam-se também os percentuais de pessoas com esquema básico de vacinação completo no público-alvo para as seguintes vacinas:

- **Hepatite A (HA):** O público-alvo, até 2015, eram crianças de 12 meses até menores de dois anos de idade. A partir de 2016, a população-alvo passou a ser crianças de 15 meses. A vacina é indicada para a prevenção da infecção causada pelo vírus da hepatite A.
- **Meningocócica Conjugada (Men C):** O público-alvo para essa vacina abarca crianças menores de dois anos de idade. É indicada para a prevenção da doença sistêmica causada pela *Neisseria meningitidis* do sorogrupo C.
- **Pneumocócica 10V (Pnc10V):** O público-alvo para esta vacina inclui crianças menores de dois anos de idade. É indicada para prevenir contra infecções invasivas (sepse, meningite, pneumonia e bacteremia) e otite média aguda (OMA) causadas pelos 10 sorotipos de *Streptococcus pneumoniae*.
- **Poliomielite (VOP):** O público-alvo inclui crianças de seis meses até menores de cinco anos de idade. A vacina é indicada para prevenir contra a poliomielite (paralisia infantil) causada por vírus dos tipos 1, 2 e 3.
- **Penta Bacteriana (Pentavalente) (DTP+Hib+HB) (PENTA):** O público-alvo são crianças menores de 5 anos de idade, como dose do esquema básico. A vacina protege contra a difteria, o tétano, a coqueluche (pertussis), as infecções causadas pelo *Haemophilus influenzae b* e a hepatite B.
- **Rotavírus Humano (VORH):** O público-alvo são crianças menores de um ano de idade. A vacina é indicada para a prevenção de gastroenterites causadas por rotavírus dos sorotipos G1 e oferece proteção cruzada contra outros sorotipos de rotavírus que não sejam G1 (G2, G3, G4, G9).
- **Tríplice Viral (SCR):** O público-alvo são crianças a partir de 12 meses de idade. A vacina protege contra o sarampo, a caxumba e a rubéola (SCR).
- **Tríplice Acelular Gestante (dTpa):** O público-alvo inclui gestantes e puérperas até 45 dias, além de parteiras tradicionais, profissionais e estagiários da área da saúde. A vacina é indicada para prevenir contra o tétano e a difteria, é feita também para a prevenção contra o tétano neonatal.
- **Tetra Viral (SCR+VZ):** O público-alvo são crianças com 15 meses de idade que já tenham recebido a primeira dose da vacina tríplice viral. A vacina protege contra o sarampo, a caxumba, a rubéola e a varicela (catapora).

Figura 23: Cobertura vacinal contra doenças diversas no **Estado do Paraná** (como percentual do total de pessoas na população-alvo)



Fonte: Ipardes (2024).

A meta de cobertura vacinal estabelecida no **Estado do Paraná**, para as nove vacinas aqui analisadas é de **95%**. Observa-se que, ao longo do período analisado (**2016-2022**), essa meta não foi atingida. As vacinas contra **hepatite A (HA)**, **poliomielite (VOP)** e **tríplice acelular gestante (dTpa)** apresentaram perfis de imunização semelhantes. Especificamente, os percentuais de cobertura vacinal aumentaram de **2016 até 2018/2019**, sofrendo uma **queda em 2020 e 2021** e posterior **recuperação em 2022**. Em todos os anos analisados, essas três vacinas apresentaram cobertura vacinal **abaixo da meta estabelecida**. No caso da vacina **tríplice acelular gestante (dTpa)**, a cobertura vacinal mais alta ao longo da série temporal, **foi atingida em 2019: 68,7%**.

As vacinas **rotavírus humano (VORH)**, **meningocócica conjugada (Men C)**, **pneumocócica 10V (Pncc10V)** e **tríplice viral (SCR)** também apresentaram correspondência nos perfis de imunização.

Os percentuais de cobertura vacinal mantiveram **estabilidade de 2016 a 2019**, e apresentaram **declínio em 2020 (tríplice viral, 86,2%) e 2021 (rotavírus humano, 82%, meningocócica conjugada, 82,5%, e pneumocócica 10V, 84,3%)**.

Quanto à **penta bacteriana**, o percentual de cobertura vacinal apresentou particularidades. O declínio mais expressivo da cobertura vacinal ocorreu em **2019 (79%)**. Após um aumento em **2020 (88,4%)**, observa-se, em **2021, nova queda** no percentual de vacinação do público-alvo desta vacina. **Em 2022, a cobertura vacinal subiu para 84,5%**.

O percentual de cobertura vacinal da **tetra viral** também exibiu especificidades. **Em 2016**, o percentual de cobertura vacinal se aproximou da meta proposta para o Estado, **chegando a 92,6%**. Nos dois anos seguintes, no entanto, houve uma redução do percentual de bebês vacinados. Em **2018**, houve um declínio significativo de quase **30 pontos percentuais em relação a 2016**. Em **2019**, a cobertura vacinal aumentou em **20 pontos percentuais (83%)**. A partir de **2020**, de forma semelhante ao que se observa para outras vacinas, houve um declínio

significativo da cobertura vacinal. Tal queda, porém, foi mais abrupta. O percentual de cobertura vacinal da **tetra viral foi de 16,3% em 2021 e 14,2% em 2022.**

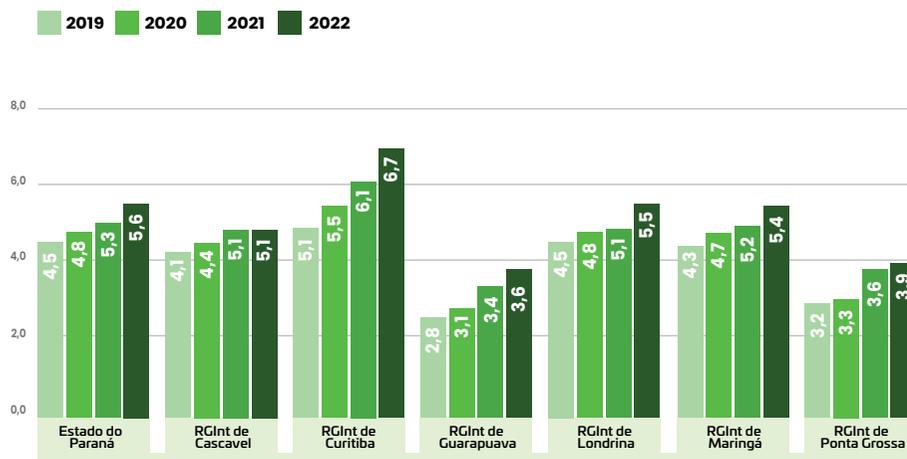
De maneira geral, exceto para a vacina **tetra viral**, as coberturas vacinais mais baixas foram observadas nos primeiros anos do período pandêmico, ou seja, em 2020 e 2021.

Profissionais de Saúde

Este indicador calcula o número de profissionais de saúde em atividade (médicos, enfermeiros, dentistas e farmacêuticos), por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 5,82 – Segue série histórica

Figura 24: Número de profissionais de saúde (por mil habitantes)

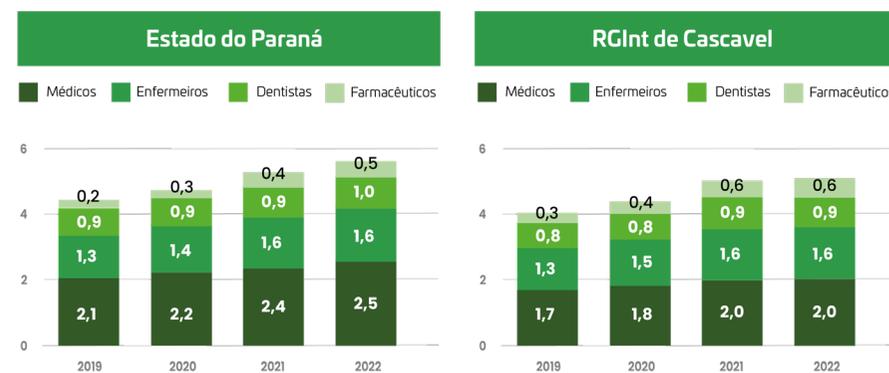


Fonte: IparDES (2024).

Quanto ao número de profissionais de saúde por mil habitantes, observa-se o aumento progressivo do indicador ao longo do período de **2019 a 2022** tanto no Estado quanto nas Regiões Intermediárias. Na Região Intermediária de **Curitiba, em 2019, havia 5,1** profissionais de saúde para cada mil habitantes. **Em 2022**, esse valor passou para **6,7**. Neste mesmo ano, a quantidade de profissionais de saúde por mil habitantes nas Regiões Intermediárias de Cascavel, Londrina e Maringá foi de **5,1, 5,5 e 5,4**, nesta ordem. Esses valores são próximos ao indicador estadual (**5,6**). Ainda em **2022**, as Regiões Intermediárias de Guarapuava e Ponta Grossa tinham, respectivamente **3,6 e 3,9** profissionais de saúde para cada mil habitantes. O exame dos profissionais de saúde desagregados por atividade⁵, por sua vez, permite observar um aumento progressivo do número de profissionais para todas as categorias ao longo da série avaliada.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valores 2023: 2,67 (médicos); 1,68 (enfermeiros); 0,94 (dentistas); 0,52 (farmacêuticos) – Segue série histórica

Figura 25: Número de profissionais de saúde por categoria (por mil habitantes)



⁵ Os totais podem incluir diferenças devido a arredondamentos.

RGInt de Curitiba



RGInt de Guarapuava



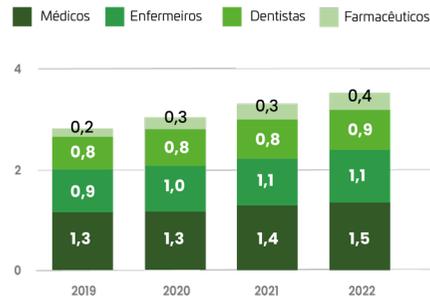
RGInt de Londrina



RGInt de Maringá



RGInt de Ponta Grossa



Houve a predominância da categoria médicos no Estado e nas Regiões Intermediárias em praticamente todo período analisado. A exceção foi a Região Intermediária de Guarapuava nos anos de **2021 e 2022**, quando o número de enfermeiros por mil habitantes (**1,25 e 1,33**) foi levemente superior ao número de médicos por mil habitantes (**1,17 e 1,24**). Na Região Intermediária de Curitiba, a densidade médica foi de **3,5 em 2022**, ficando acima do valor estadual (**2,5**). Os farmacêuticos, por outro lado, foram os profissionais de saúde menos numerosos no Estado e nas Regiões Intermediárias, seguidos por dentistas.

Fonte: IparDES (2024).

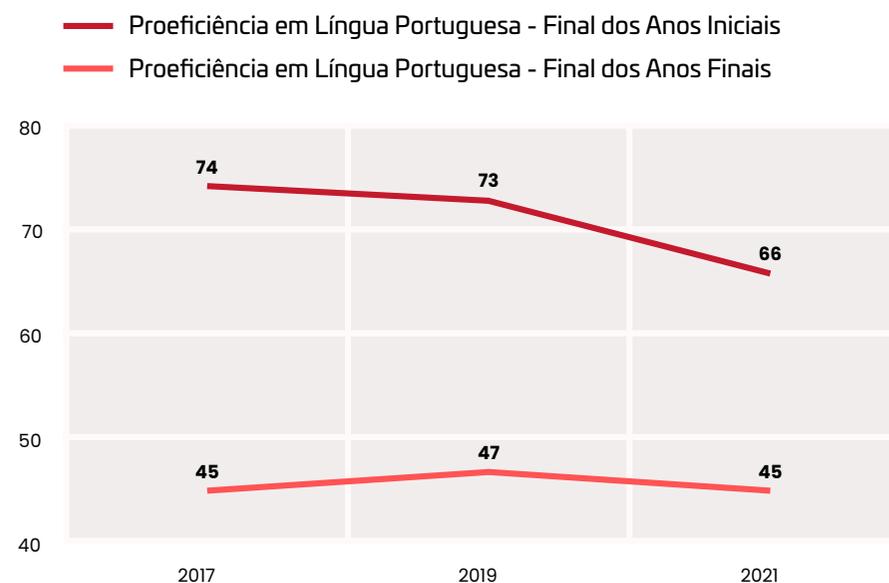
ODS 4: Educação de qualidade



Proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática

Os indicadores sobre nível de aprendizagem em língua portuguesa indicam o percentual de estudantes com nível mínimo de proficiência⁶ na disciplina em dois momentos do ensino fundamental: o final dos anos iniciais (**quinto ano**) e o final dos anos finais (**nono ano**).

Figura 26: Proporção de estudantes do ensino fundamental que atingiram um nível mínimo de proficiência em língua portuguesa (como percentual de estudantes que realizaram a avaliação)



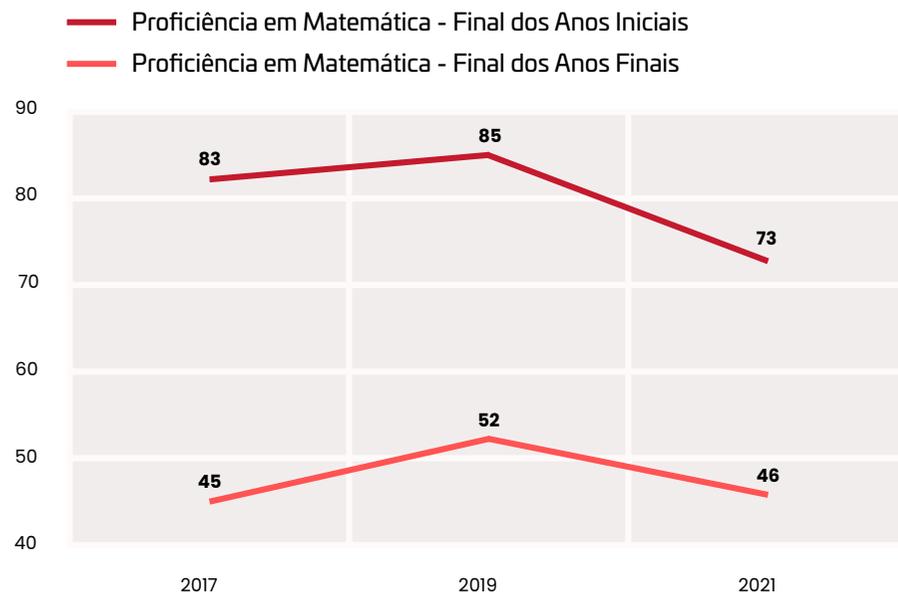
Fonte: IparDES (2024).

No Estado do Paraná houve, nos três anos observados, uma redução na proporção de estudantes com nível mínimo de proficiência em língua portuguesa. Este percentual reduziu de quase **75%, em 2017**, para em torno de **66% em 2021** – representando uma queda

⁶ Correspondente ao Nível 4 ou superior na escala de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

aproximada de oito pontos percentuais. Já a proporção de estudantes minimamente proficientes em língua portuguesa, apesar de não apresentar grandes variações, exibe percentuais mais baixos. Em **2021, em torno de 45%** dos estudantes atingiram pelo menos o Nível 4 na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A diferença entre as proporções de alunos minimamente proficientes em língua portuguesa nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental **diminuiu de 28, em 2019, para 20 pontos percentuais - em 2019 e 2021, respectivamente.**

Figura 27: Proporção de estudantes do ensino fundamental que atingiram um nível mínimo de proficiência em matemática (como percentual de estudantes que realizaram a avaliação)



Fonte: Ipardes (2024).

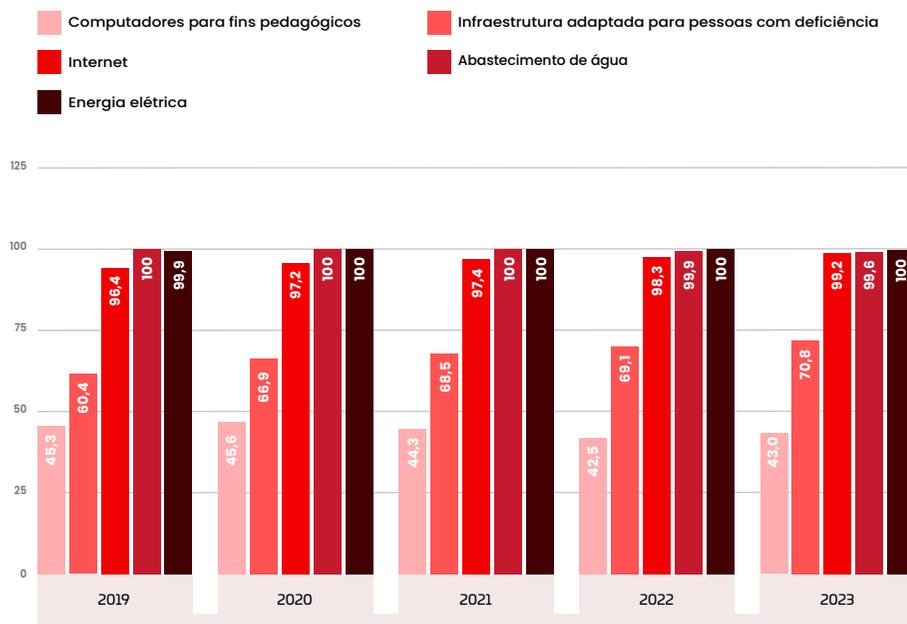
Assim como no caso de língua portuguesa, os indicadores sobre nível de aprendizagem em matemática indicam o percentual de estudantes com nível mínimo de proficiência⁷ na disciplina em dois momentos do ensino fundamental: o final dos anos iniciais (quinto ano) e o final dos anos finais (nono ano). No que tange à aprendizagem de matemática, observa-se que uma proporção maior de estudantes atingiu o nível mínimo de proficiência nos três anos representados. O desempenho em matemática nos anos finais do ensino fundamental se mostra bastante próximo ao desempenho observado em língua portuguesa. Por outro lado, quando se comparam os desempenhos nos anos iniciais e finais, nota-se uma maior diferença na quantidade de estudantes minimamente proficientes em matemática ao longo dos anos. **Em 2019, a diferença entre o percentual de estudantes dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental obtentores o nível mínimo de proficiência foi superior a 37 pontos percentuais. Em 2021, essa diferença foi de 27,2 pontos percentuais.**

⁷ Correspondente ao Nível 4 ou superior na escala de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Infraestrutura escolar

Este indicador mede o percentual de escolas que possuem acesso a energia elétrica, internet e computadores para fins pedagógicos, além de infraestrutura adaptada para alunos com deficiência e abastecimento de água.

Figura 28: Proporção de escolas com infraestrutura adequada (como percentual do total de escolas)



Fonte: IparDES (2024).

Observa-se que **todas as escolas presentes no Estado do Paraná** possuem acesso a abastecimento de **água e energia elétrica**. Adicionalmente, quase todas as escolas dispõem de Internet para fins pedagógicos.

A situação se mostra diferente no que se refere à existência de infraestrutura adaptada para alunos com deficiência e à disponibilidade de computadores utilizados para fins pedagógicos. Enquanto o percentual de escolas com acessibilidade para alunos com deficiência apresentou leve crescimento contínuo (saindo de **60,4%, em 2019**, e chegando **70,8%, em 2023**), o percentual de escolas com acesso a computadores para fins pedagógicos caiu de **45,3%, em 2019**, para **43%, em 2023**.



ODS 5: Igualdade de gênero



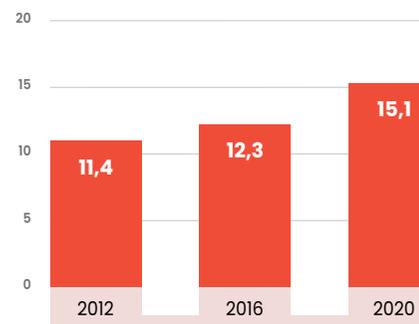
Mulheres no Poder Legislativo

Este indicador mensura o percentual de assentos ocupados por mulheres nas Câmaras de Vereadores, onde assentos referem-se ao número de mandatos parlamentares – neste caso, número de vereadores. A fonte utilizada para produção deste indicador é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a partir dos registros dos resultados das últimas eleições para vereadores, na situação de “eleitos”. O indicador não contempla possíveis suplências ou substituições ao longo dos mandatos. De modo geral, este indicador mede o grau em que as mulheres têm acesso igual à tomada de decisão parlamentar. **A meta estabelecida é de se ter 50% dos assentos na Câmara de Vereadores ocupados por mulheres.** A participação das mulheres nos parlamentos é um aspecto fundamental das oportunidades das mulheres na vida política e pública e, portanto, está ligada à questão do empoderamento.

Valor da Meta para o Estado: 50%

Valor 2024: 17,70% – Segue série histórica

Figura 29: Proporção de assentos ocupados por mulheres na Câmara de Vereadores no Estado do Paraná (como percentual do total de assentos na Câmara de Vereadores)



Fonte: Ipardes (2024).

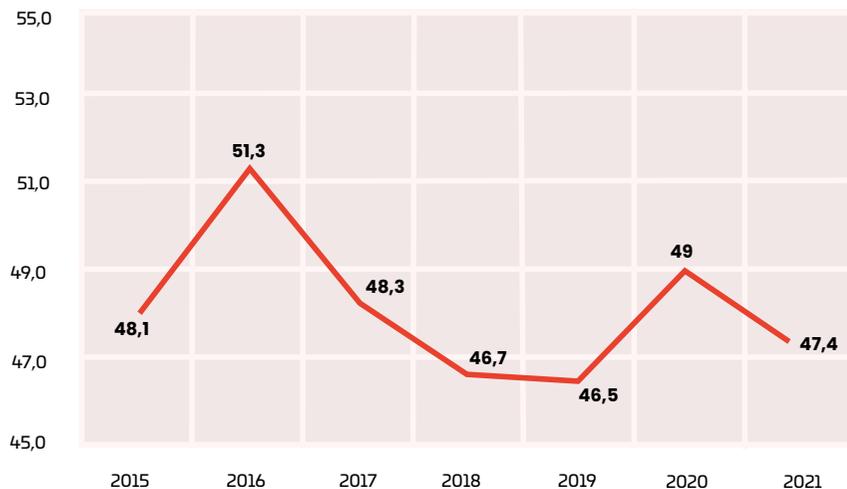
O valor do indicador estadual foi calculado com base nos valores municipais individuais. Observa-se um tímido aumento no percentual de vereadoras eleitas no Estado: de **11,4%, em 2012, para 12,3%, em 2016, chegando a 15,1%, em 2020**. Este valor não se mostra muito distante do indicador nacional. No Brasil, a proporção de assentos ocupados por vereadoras em **2020 foi de 16%**.

Mulheres em Posições Gerenciais

Este indicador examina a participação das mulheres em cargos gerenciais, medindo a proporção de mulheres no total de cargos na administração sênior e intermediária. Tais níveis correspondem às categorias 11 (**legisladores e altos funcionários**), 12 (**gerentes corporativos**) e 13 (**gerentes de produção e serviços especializados**) da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações da Organização Internacional do Trabalho (ISCO-08⁸, OIT). Assim, para o cálculo, desconsidera-se o subgrupo principal 14 (Gerentes de hotéis, restaurantes, comércio e outros serviços).

Valor da Meta para o Estado: 50%
Valor 2023: 48% - Segue série histórica

Figura 30: Proporção de mulheres em posições gerenciais no **Estado do Paraná** (como percentual do total de pessoas ocupadas em cargos gerenciais)



Fonte: Ipardes (2024).

Em **2016**, o Estado do Paraná atingiu a marca de **51,3%** de participação de mulheres em posições gerenciais. Nos anos seguintes, este percentual, reduziu, apresentando oscilações. Em **2021**, **47,4%** das posições gerenciais foram ocupadas por mulheres.



8 <https://ilostat.ilo.org/methods/concepts-and-definitions/classification-occupation/>

ODS 6: Água potável e saneamento



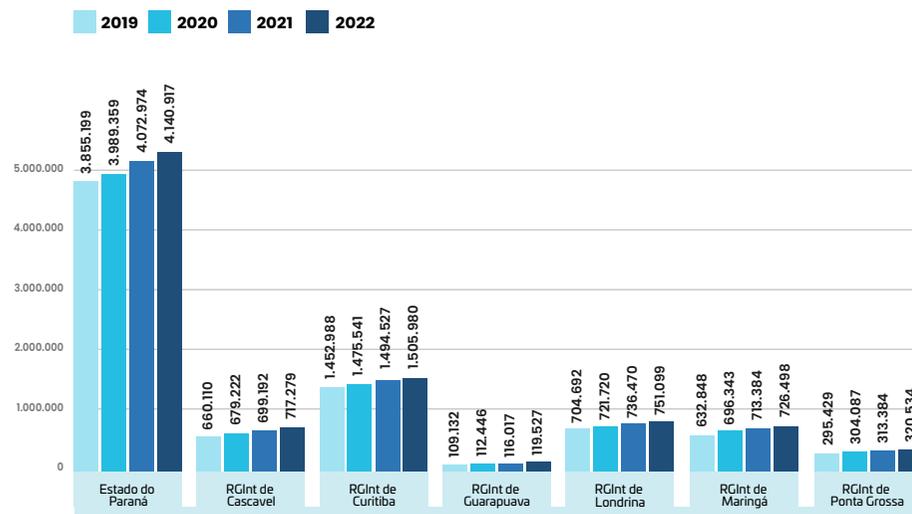
Serviços de abastecimento de água

O indicador de abastecimento de água expressa o número de unidades residenciais⁹ atendidas por serviços de abastecimento de água.

Valor da Meta para o Estado: N/D

Valor 2023: 4.154.587 – Segue série histórica

Figura 31: Número de unidades residenciais com abastecimento de água



Fonte: Iparades (2024).

⁹ Unidades residenciais atendidas incluem todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, outros) ou subdivisão independente do imóvel dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa. Esta classificação difere da classificação de domicílio utilizada pelo IBGE.

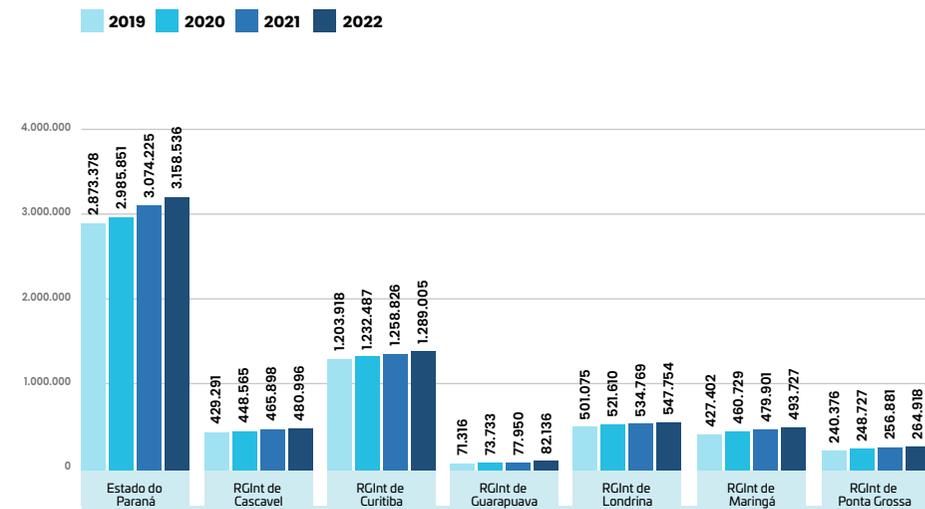
Serviços de esgoto

O indicador de atendimento de esgoto expressa o número de unidades residenciais atendidas por serviços de esgoto.

Valor da Meta para o Estado: N/D

Valor 2023: 3.266.429 – Segue série histórica

Figura 32: Número de unidades residenciais com serviços de esgoto



Fonte: Iparades (2024).

Em valores absolutos, ao longo dos anos observados, o número de unidades residenciais atendidas por serviços de abastecimento de água cresceu tanto no Estado quanto nas Regiões Intermediárias. O mesmo se observa no número de unidades residenciais com atendimento de esgoto. O comparativo entre unidades residenciais com serviços de abastecimento de água e atendimento de esgoto evidencia que o atendimento de esgoto não chega a parte das unidades residenciais atendidas por abastecimento de água.

No Estado do Paraná, em **2019, 25,5%** das unidades residenciais com abastecimento de água não tinham atendimento de esgoto, equivalente a um **total de 981.821 unidades residenciais**. Esse percentual apresentou leve redução ao longo dos anos observados, chegando a **23,7%, em 2022**. Essa atenuação também pode ser observada nas seis Regiões Intermediárias. Entretanto, ainda há uma quantidade relevante de unidades residenciais carentes de atendimento de esgoto. Na Região Intermediária de Cascavel, esse percentual foi de **32,9%**, em **2022**.



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



ODS 7: Serviços de energia elétrica



Serviços de energia elétrica

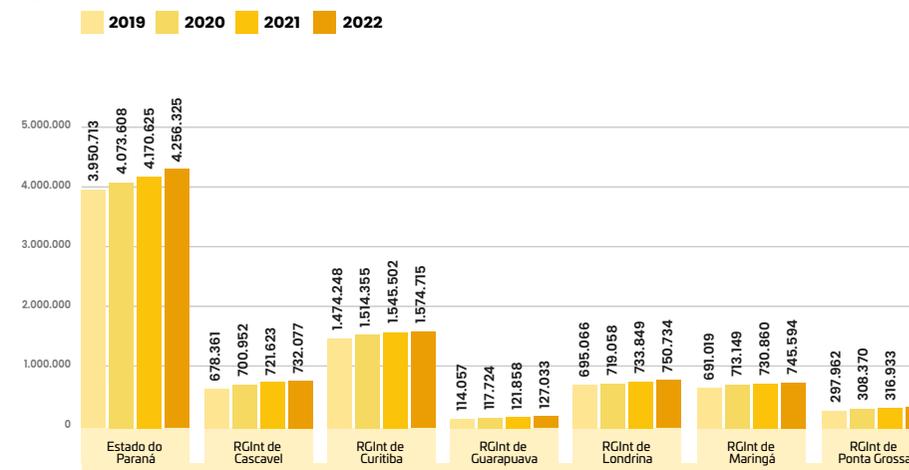
O indicador utilizado para avaliar serviços de energia elétrica mede o número total de unidades consumidoras no mercado cativo¹⁰ que utilizam eletricidade para fins residenciais. Enquanto áreas de uso comum em prédios ou conjuntos predominantemente residenciais estão incluídas, propriedades rurais com atividades agropecuárias de objetivo econômico estão excluídas. Assim, **a definição de consumidor refere-se às unidades consumidoras de energia elétrica cujo consumo é medido por meio de relógio.**

Valor da Meta para o Estado: N/D

Valor 2023: 4.323.058 – Segue série histórica

¹⁰ O Mercado Cativo de Energia, também chamado de Ambiente de Contratação Regulada (ACR), é formado pelos consumidores que têm acesso à energia com tarifas estabelecidas pelo Governo e pagam mensalmente pelo serviço de distribuição e de geração de energia, entre outros encargos, na fatura da distribuidora local. Esses consumidores também são chamados de consumidores cativos.

Figura 33: Número de unidades consumidoras de energia elétrica



Fonte: Ipardes (2024).

Ao longo dos anos, observa-se o crescimento de número total de unidades consumidoras no Estado e nas Regiões Intermediárias. Tal crescimento provavelmente acompanha o aumento de unidades consumidoras. Adicionalmente, os dados do IBGE indicam que, em **2022, 99,9%** da população paranaense possuía acesso à energia elétrica – **no Brasil, este percentual foi de 99,8%.**

ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico

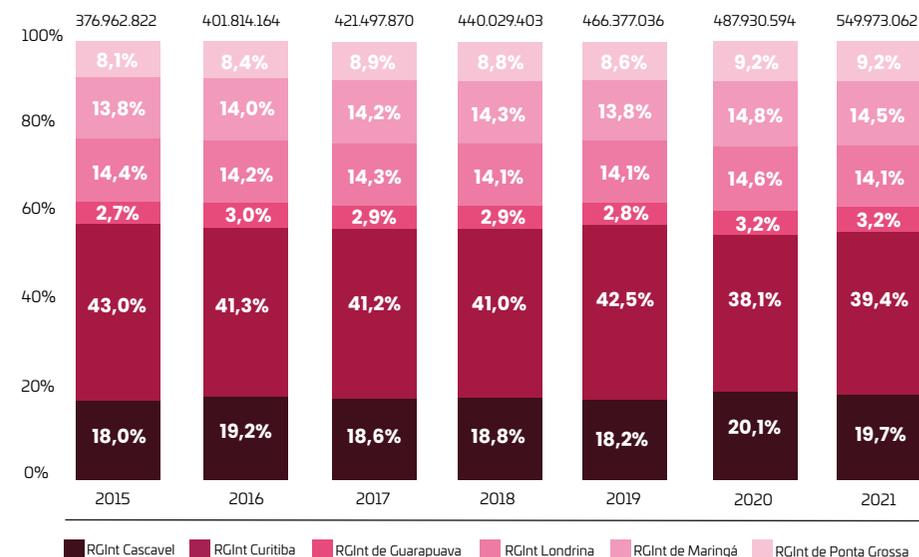


Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000,00)

O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao total de riqueza (bens e serviços) gerada em um espaço geográfico num determinado período - aqui, anual. Para o cálculo do PIB a preços correntes, somam-se o consumo privado, o total de investimentos realizados, os gastos do governo e o volume de exportações. Do total obtido, subtrai-se o valor referente ao volume de importações.



Figura 34: Distribuição percentual do Produto interno bruto do Estado do Paraná a preços correntes (em R\$ 1.000,00)



Fonte: IparDES (2024).

No Paraná, o PIB a preços correntes vem apresentando trajetória de crescimento, tendo chegado ao valor aproximado de **R\$ 550 bilhões em 2021**. Este valor representou **6,1%** do PIB brasileiro, que foi de **R\$ 9 trilhões em 2021**. Quanto às Regiões Intermediárias, entre **2015 e 2021**, a Região Intermediária de Curitiba contribuiu com a maior fatia do PIB em todos esses anos, apesar de uma redução de **3,5 pontos**

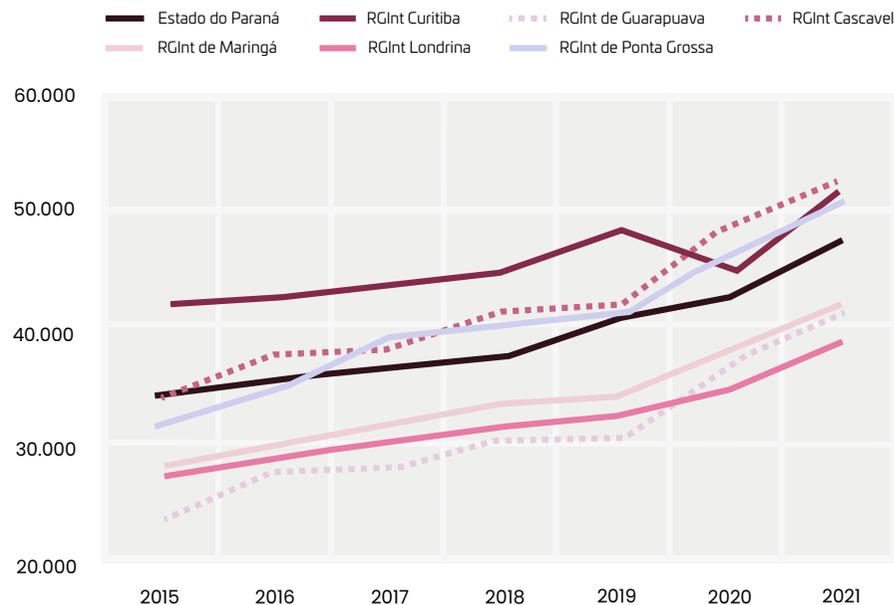
percentuais. Especificamente, no primeiro ano de pandemia, houve uma redução do PIB na região, que passou de **R\$ 198 bilhões, em 2019**, para **R\$ 186 bilhões, em 2020**. Essa diminuição da participação de Região Intermediária de Curitiba no PIB durante período foi distribuída entre as demais Regiões Intermediárias, com destaque para a Região Intermediária de Cascavel, cuja participação no PIB a preços correntes do Estado passou de **18%, em 2015**, para **19,7%, em 2021**.



Produto Interno Bruto (PIB) per capita

O PIB per capita, por sua vez, corresponde ao valor total do PIB de determinado local dividido pela população residente.

Figura 35: Produto interno bruto per capita (em R\$ 1,00)



Fonte: Ipardes (2024).

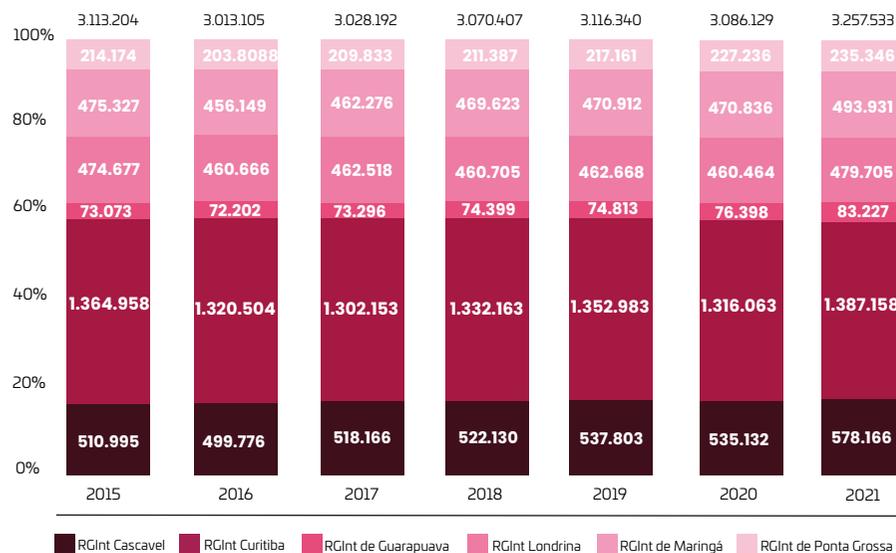
Esta movimentação também foi observada no PIB per capita. De **2019 para 2020**, o PIB per capita de Região Intermediária de Curitiba foi de **R\$ 47.967** para **R\$ 44.597**. **Em 2021**, a Região retomou o crescimento, e o PIB per capita subiu para **R\$ 51.437**. No Estado, o PIB per capita chegou a **R\$ 47.422, em 2021**. Neste mesmo ano, o PIB per capita do Brasil foi de **R\$ 42.247**.

Empregos

Este indicador expressa o número total de vínculos empregatícios ativos em um período. Como vínculo empregatício entende-se a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário preestabelecido por este. O indicador é a soma dos grandes setores de atividade econômica: indústria de transformação, construção civil, comércio, serviços, agropecuária e atividade não especificada ou classificada.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 3.621.254 - Segue série histórica

Figura 36: Distribuição regional do número total de vínculos empregatícios ativos no Estado do Paraná



Fonte: Iparides (2024).

Entre os anos de **2019 e 2020**, as Regiões Intermediárias de Guarapuava (**74.813, 76.398**) e Ponta Grossa (**217.161, 227.236**) apresentaram um crescimento no número total de vínculos empregatícios ativos. Em **2021**, o valor voltou a crescer, chegando a **83.227** na Região Intermediária de Guarapuava e **235.346** na Região Intermediária de Ponta Grossa. Movimentações semelhantes de baixa e alta ocorreram no Estado, que apresentou os seguintes totais de vínculos empregatícios ativos em **2019, 2020 e 2021: 3.116.340, 3.086.129 e 3.257.533**, nessa ordem. A Região Intermediária de Curitiba concentrou a maior parcela dos vínculos empregatícios ativos do Estado, apesar da perda percentual relativa ao longo dos anos.



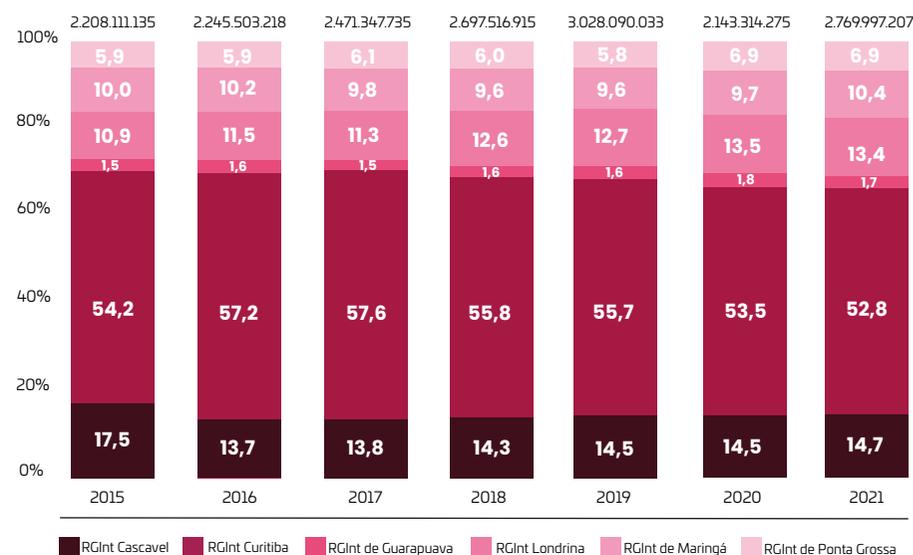
Valor Adicionado Fiscal nas atividades características do turismo

O Valor Adicionado Fiscal (**VAF**) é um indicador econômico bastante utilizado nos contextos fiscal e tributário para medir a contribuição econômica de uma empresa, setor ou região específica. O VAF tem como fundamento legal os Artigos 158 e 159 da Constituição Federal. Ele garante que 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e uma parte do imposto sobre produtos industrializados (**IIPI**) sejam repassados aos municípios, além de ser usado para distribuir compensações pela desoneração das exportações. O VAF corresponde à diferença entre o valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo ICMS e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil. Para o cálculo do valor adicionado fiscal nas atividades características do turismo, selecionou-se, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (**CNAE**) 2.0, um grupo de atividades responsáveis pela produção de bens e serviços característicos do turismo. Tais atividades contemplam a maior parte dos gastos dos turistas¹¹ e são denominadas atividades características do turismo (**ACTs**). Elas incluem: alojamento; alimentação; transporte terrestre; transporte aéreo; transporte aquaviário; aluguel de transportes; agências de viagem; e cultura e lazer.

11

em outras palavras, os bens e serviços consumidos pelos visitantes.

Figura 37: Distribuição percentual do valor adicionado fiscal nas atividades características do turismo no Estado do Paraná (em R\$ 1,00)



Fonte: Ipardes (2024).

De **2015 a 2019**, o valor adicionado fiscal nas atividades características do turismo no Estado do Paraná apresentou crescimento contínuo, passando de **R\$ 2.2 bilhões para R\$ 3 bilhões**. Em **2020**, com o início da pandemia de COVID-19, o valor caiu para cerca de **R\$ 2.1 bilhões** - uma queda de mais de 29%. Em **2021**, as atividades de turismo voltaram a apresentar crescimento e o VAF estadual ultrapassou **R\$ 2,7 bilhões**.

Durante os anos analisados, a Região Intermediária de Curitiba foi responsável por mais de **50%** do valor adicionado fiscal nas ACTs total do Estado, embora tenha apresentado uma redução relativa neste percentual.

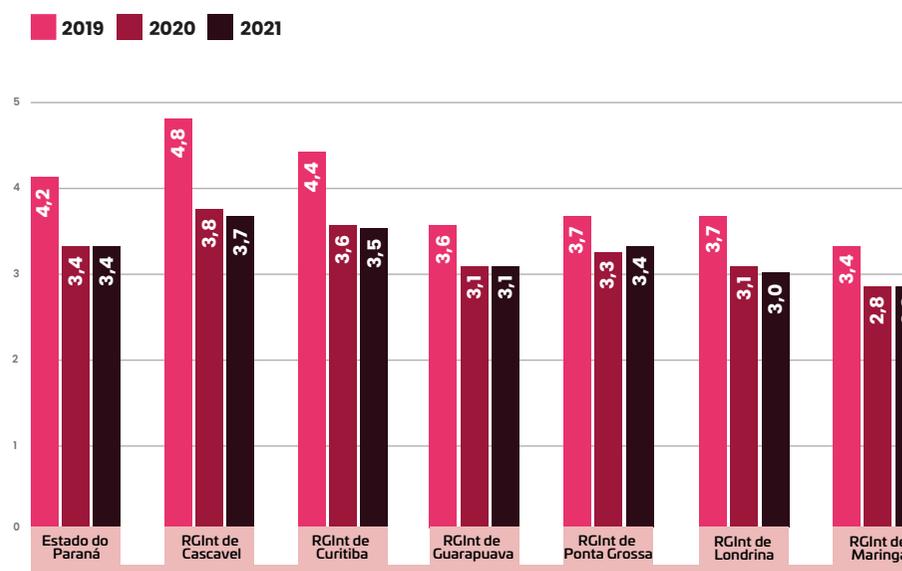
Outra Região Intermediária em que, apesar do incremento absoluto, houve uma redução na participação percentual, foi Cascavel. Em **2015**, a Região Intermediária de Cascavel respondeu por **17,5%** do VAF estadual nas atividades características do turismo. Em **2021**, esse percentual representou **14,7%**. A Região Intermediária de Londrina, por outro lado, aumentou sua participação, ganhando **2,5** pontos percentuais no total estadual.



Empregos nas atividades características do turismo

Este indicador calcula o percentual de empregos nas atividades características do turismo, com base no total de empregos, considerando estabelecimentos que tinham algum empregado em 31/12 ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano.

Figura 38: Proporção de empregos nas atividades características do turismo (como percentual do total de empregos)



Fonte: Ipardes (2024).

No Estado o percentual de empregos nas ACTs em relação ao total de empregos passou de **4%**, em **2015**, para **4,2%**, em **2019**. No ano de **2020**, com o advento da pandemia, esse percentual diminuiu para **3,4%**, e manteve-se assim em **2021**.

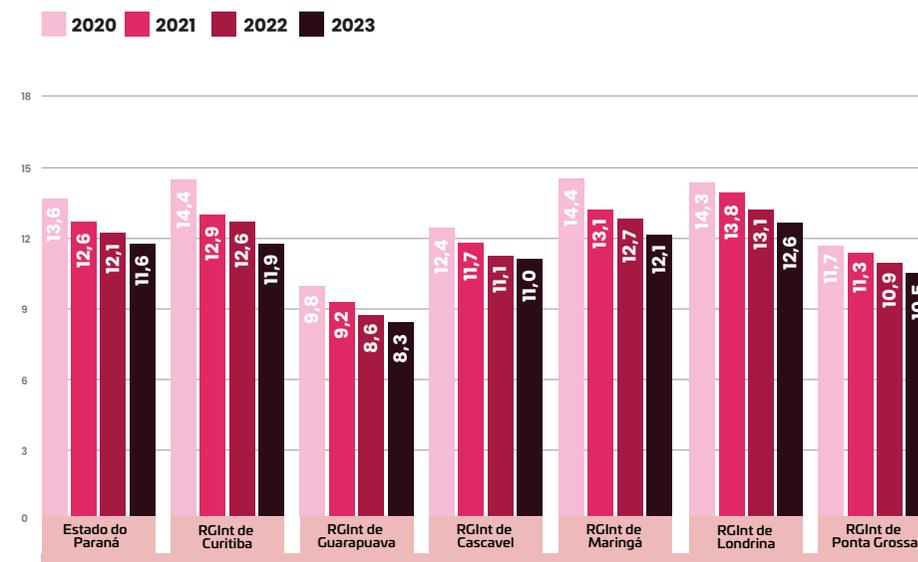
Comparando-se os anos de 2015 e 2021, a diminuição da proporção de empregos nas atividades características do turismo também se deu em todas as Regiões Intermediárias. Na Região Intermediária de Maringá, em **2021**, essa proporção ficou em **2,8%**.



Agências bancárias

Este indicador expressa a quantidade de agências bancárias por 100 mil adultos em determinada localidade. Para seu cálculo, o termo adultos, aqui, abarca a população de 15 anos de idade ou mais.

Figura 39: Número de agências bancárias (por 100 mil adultos)



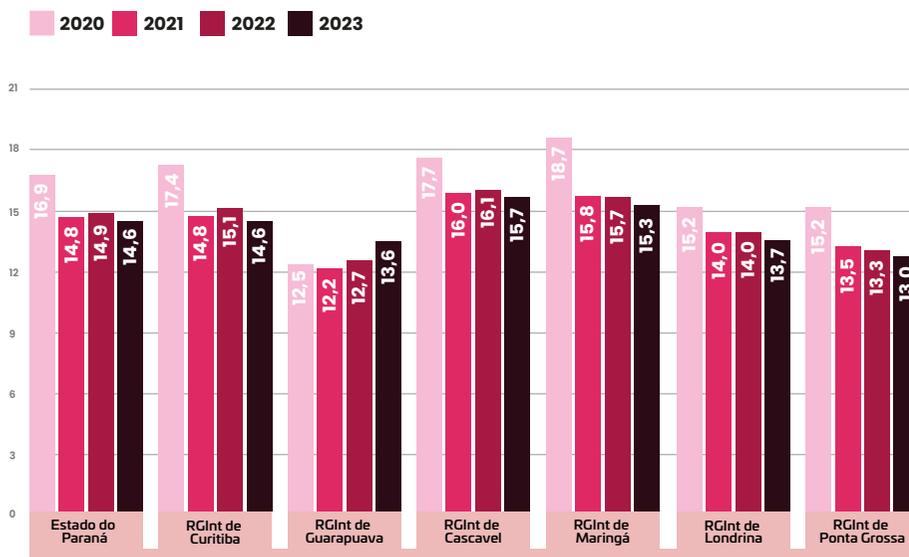
Fonte: Ipardes (2024).

Entre 2020 e 2023, o indicador apresentou trajetória de redução contínua, tanto no Estado quanto nas Regiões Intermediárias. O Paraná passou de **13,6 agências, em 2020, para 11,6 agências** por 100 milsdadultos, **em 2023**.

Postos de atendimento eletrônico

Este indicador expressa a quantidade de Postos de Atendimento Eletrônico (PAE) por 100 mil adultos em determinada localidade. Para seu cálculo, o termo adultos, aqui, abarca a população de 15 anos de idade ou mais.

Figura 40: Número de postos de atendimento eletrônico (por 100 mil adultos)



Fonte: IparDES (2024).

Também houve uma redução na quantidade de postos de atendimento eletrônico por 100 mil adultos ao longo do período observado. A exceção foi a Região Intermediária de Guarapuava, onde

o número de postos de atendimento eletrônico por 100 mil adultos subiu de **12,5, em 2020, para 13,6, em 2022**. Ou seja, nessa Região Intermediária, a redução de agências bancárias foi acompanhada pelo aumento de postos de autoatendimento.



ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura



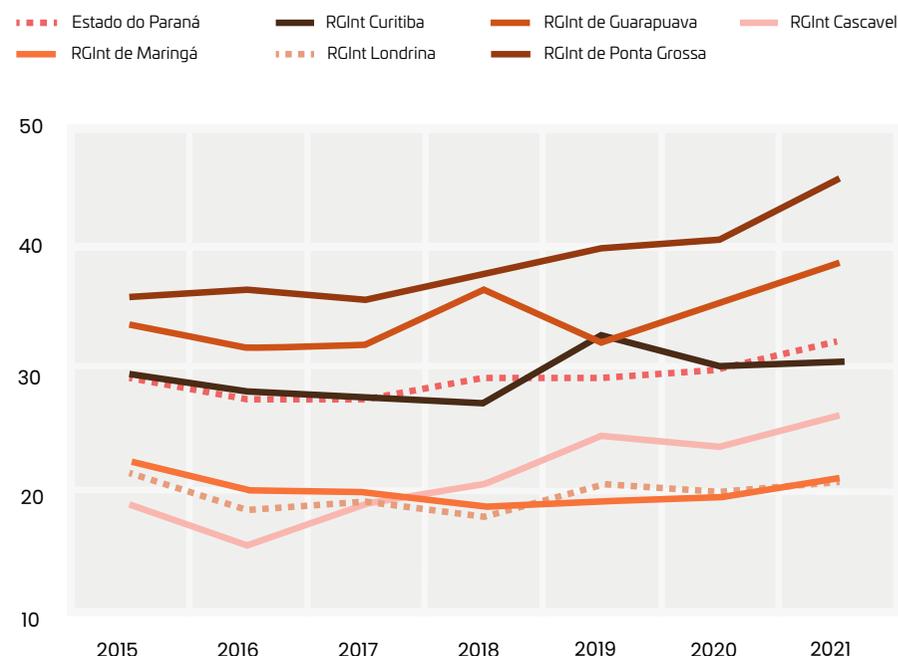
Valor adicionado da indústria sobre o PIB

Este indicador demonstra o valor adicionado da indústria de transformação¹² em proporção ao PIB. Assim, ele procura medir a participação da indústria de transformação no total da economia (PIB), podendo indicar o seu grau de industrialização.



¹² A partir do valor que a atividade na indústria de transformação agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo e do Simples Nacional (regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, aplicável às Microempresas e às empresas de Pequeno Porte, a partir de 01/07/2007).

Figura 41: Valor adicionado da indústria (como percentual do PIB)



Fonte: IparDES (2024).

Entre **2015 e 2021**, a participação da indústria de transformação no Estado do Paraná apresentou um aumento de **2,9 pontos percentuais**, passando de **29,5% para 32,4%**. Na Região Intermediária

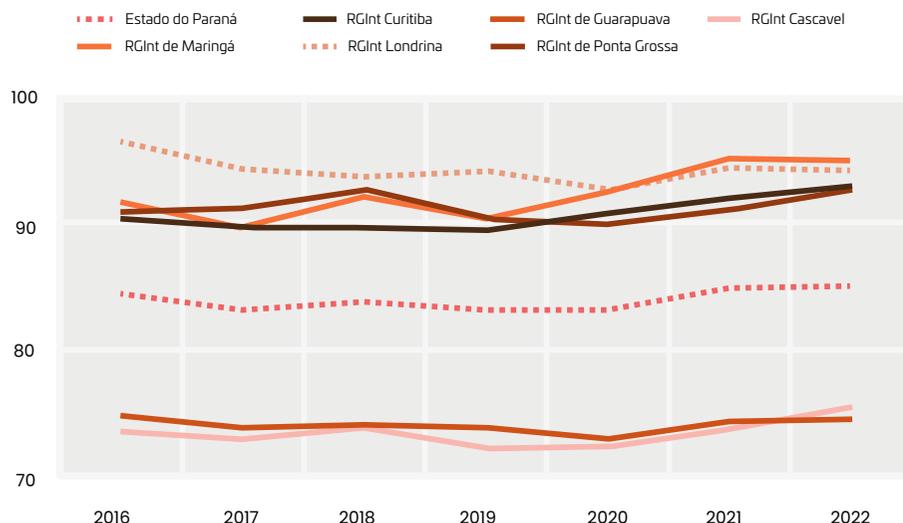
de Ponta Grossa, este aumento foi de **9,8** pontos percentuais; em **2021**, o percentual do valor adicionado da indústria de transformação sobre o PIB, nessa Região Intermediária representou **45,8%**.

Emprego no setor de indústria

Este indicador mede o percentual de empregos (postos de trabalho) no grande setor da indústria¹³ em relação ao total de vínculos empregatícios ativos.

Valor da Meta para o Estado: N/D
Valor 2023: 21,70% - Segue série histórica

Figura 42: Emprego no setor de indústria (como percentual do emprego total)



Fonte: Ipardes (2024).

¹³ Em grande setor da indústria estão incluídos os seguintes subsetores: Extração de Minerais; Indústria de Transformação; e Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Entre **2015 e 2021**, o percentual de emprego na indústria, no Estado do Paraná, subiu de **22,2% para 22,6%**. Houve, portanto, um aumento de **0,4 pontos percentuais**. Nas Regiões Intermediárias de Cascavel e Londrina, este percentual apresentou variação positiva de **1,6 e 1,3** pontos percentuais, nessa ordem. De maneira geral, a contribuição da grande indústria de transformação na criação de emprego foi comparativamente inferior à geração de valor adicionado.



ODS 13: Ação contra a mudança global do clima



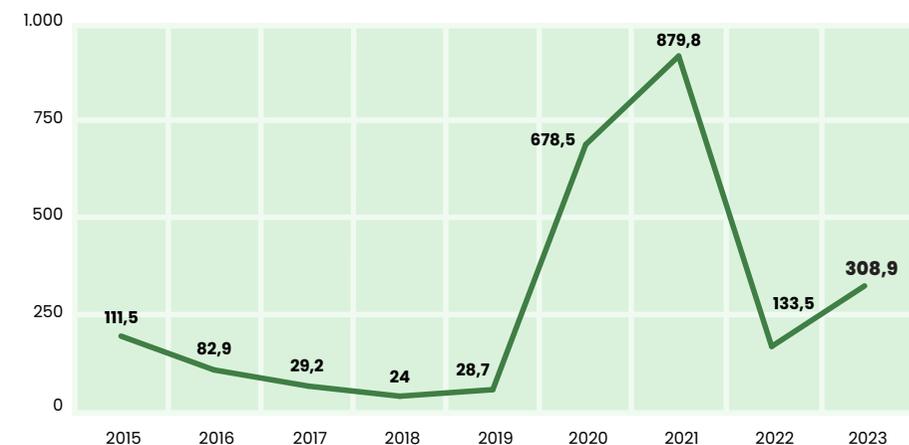
Mortos, Desaparecidos e Diretamente Afetados por Desastres

Este indicador mede o número de mortos, desaparecidos e de pessoas diretamente afetadas¹⁴ por desastres por 100 mil habitantes. Um desastre, especificamente, é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, **causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.**

Valor da Meta para o Estado: N/D

Valor 2024: 548,9 - Segue série histórica

Figura 43: Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres no **Estado do Paraná** (por 100 mil habitantes)



Fonte: Ipardes (2024).

A **pandemia de COVID-19** teve impacto direto neste indicador. No Estado do Paraná, o número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres (por 100 mil habitantes) passou de **28,7, em 2019, para 678,5, em 2020, e chegando a 879,8, em 2021.**

¹⁴ O número de pessoas diretamente afetadas por desastres corresponde à soma de feridos, enfermos, desabrigados e desalojados.

ODS 15: Vida terrestre



Área de Remanescente Florestal

Este indicador mede a porcentagem da área coberta por remanescentes florestais em relação à área total do território. Conforme definição estabelecida pelo **Instituto Ambiental do Paraná (IAP)** a área remanescente se trata daquela com vegetação nativa em estágio primário ou secundário avançado de regeneração. Entretanto, o mapeamento adota o critério mais restritivo, não incluindo no seu mapeamento florestas naturais que tenham indícios de alteração em processo inicial de regeneração.

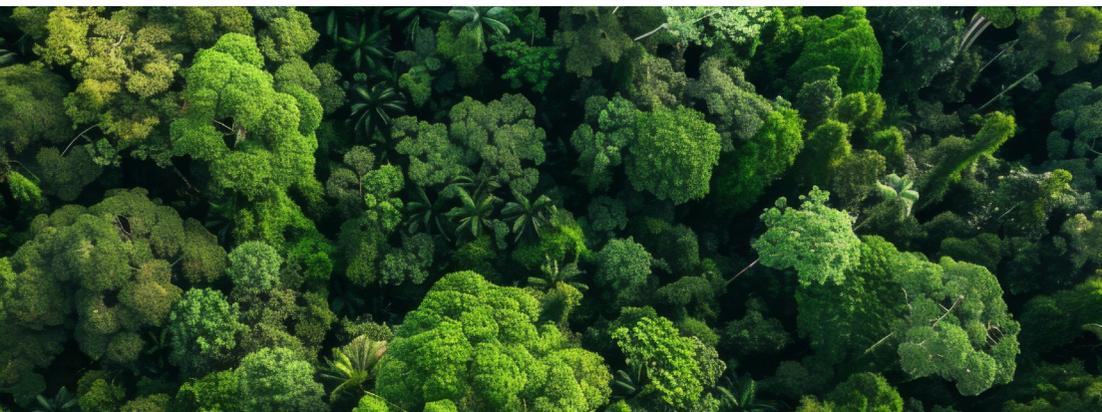
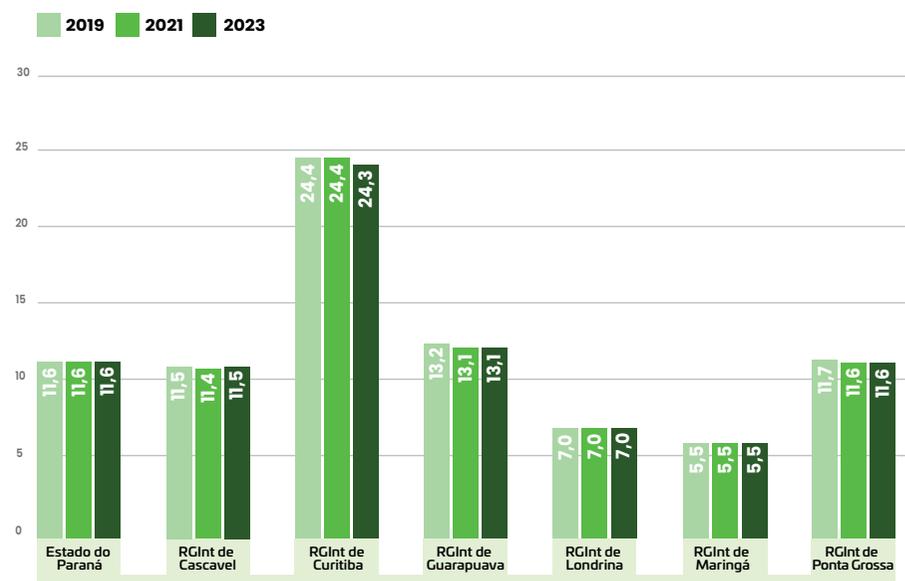


Figura 44: Área coberta por remanescente florestal (como percentual da área total do território)



Fonte: Ipardes (2024).

Nos três anos analisados, não houve variação na proporção de área de cobertura por remanescente florestal tanto no Estado quanto nas Regiões Intermediárias. Em **2023, 24,3%** da área total da Região Intermediária de Curitiba estava coberta por remanescentes florestais.

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes



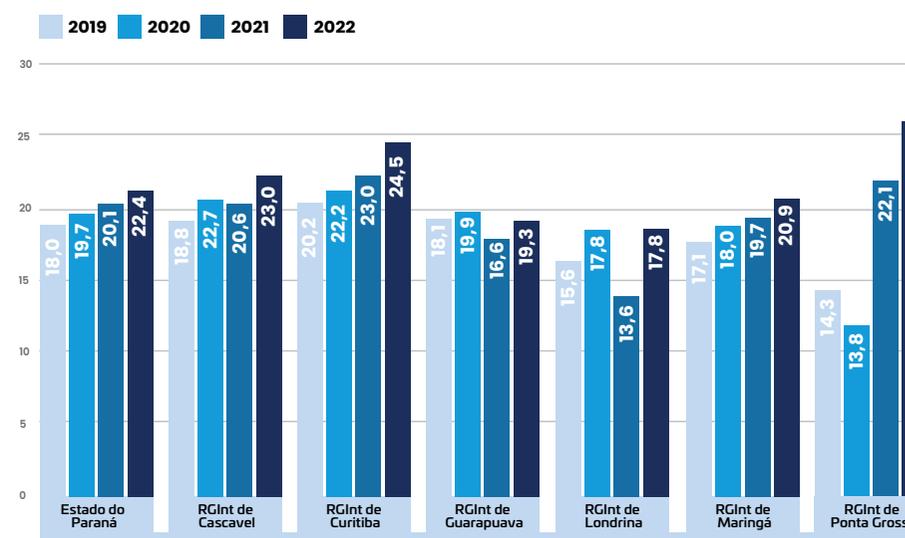
Mortalidade por homicídios

Este indicador expressa a taxa de mortalidade por agressões (homicídios¹⁵), por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Valor da Meta para o Estado: N/D

Valor 2023: 18,77 - Segue série histórica

Figura 45: Taxa de mortalidade por homicídios (por 100 mil habitantes)



Fonte: IparDES (2024).

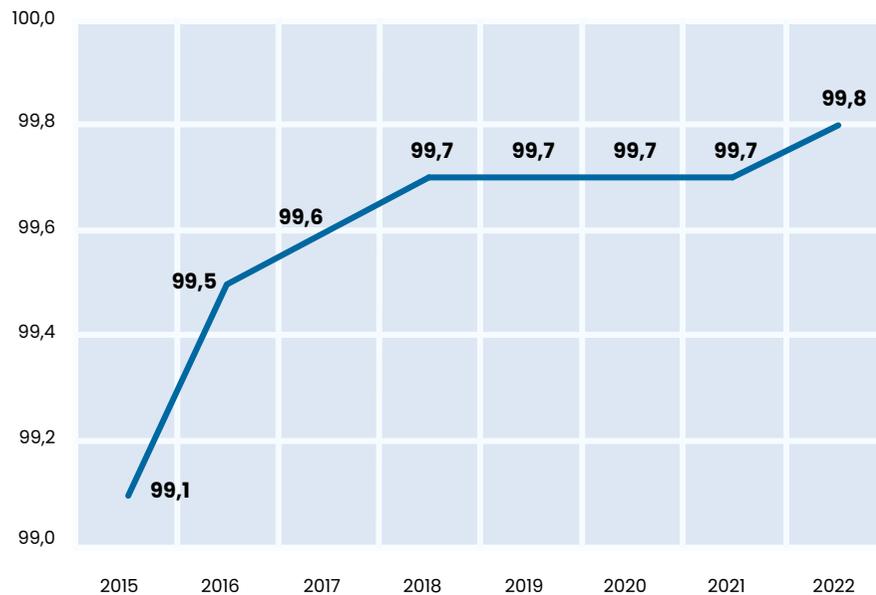
Entre os anos de **2019 e 2022**, houve, no Estado do Paraná, um aumento na taxa de mortalidade por homicídios, que **passou de 18 para 22,4**. Diferentes movimentações ocorreram nas Regiões Intermediárias. Na Região Intermediária de Ponta Grossa, a taxa de mortalidade por homicídios, que foi de **14,3 em 2019**, fechou **2022 em 25,8**. Na Região Intermediária de Londrina, a baixa de **13,6 em 2021** foi seguida de um aumento para **17,8, em 2022**.

¹⁵ São considerados homicídios os óbitos com as seguintes causas básicas da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID10): X85 a Y09 (agressões) e Y35 (intervenção legal).

Proporção de Nascidos Vivos que Tiveram seus Nascimentos Registrados por uma Autoridade Civil (%)

Este indicador mede o percentual de nascimentos com evidência de vida ao nascer¹⁶ (nascidos vivos) notificados aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais em relação ao total de nascimentos.

Figura 46: Proporção de nascidos vivos registrados no **Estado do Paraná** (como percentual do total de nascimentos)



Fonte: Ipardes (2024).

Em **2015**, **99,1%** dos nascidos vivos no Estado do Paraná foram devidamente registrados em cartório, tendo este percentual crescido ao longo dos anos. Em **2022**, **99,8%** dos nascidos vivos foram registrados.



¹⁶ Respiração, batimento cardíaco, pulsação do cordão umbilical ou movimentos efetivos da musculatura voluntária.

Considerações Finais

A localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é o processo de adaptação e internalização dos objetivos, metas e indicadores definidos na agenda global com a sua incorporação, no que couber, nos planos e estratégias de desenvolvimento regionais, conforme prioridades e contextos específicos.

Esse processo tem se mostrado fundamental para que sejam atingidos os objetivos comuns a todas as comunidades humanas. Isso porque, em que pese a Agenda 2030 ter sido acordada pelos países-membros da Organização das Nações Unidas, o engajamento de cidades e regiões vem sendo comprovada e reconhecida como condição necessária para a construção de soluções na melhoria da qualidade de vida e na garantia de oportunidades às gerações futuras: conforme Relatório Especial do Secretário-Geral da ONU de 2023¹⁶, pelo menos 65% das metas dos ODS estão relacionadas ao trabalho que é feito pelas administrações locais.

É nas cidades que se dá a prestação direta de serviços-chave, e é nas cidades que são demandadas soluções rápidas e inovadoras para múltiplas crises, incluindo guerras e processos migratórios, impactos da mudança do clima e pandemias, por exemplo. Nas

palavras do geógrafo Milton Santos: “A cidade é o único lugar em que se pode contemplar o mundo com a esperança de produzir um futuro”.

Por outro lado, governos nacionais têm acesso a instrumentos e recursos que não chegam até os municípios de médio ou pequeno porte, que é onde estão várias das pessoas que estão “ficando para trás”.

Por essa razão, e por compreender que os ganhos com o processo de localização dos ODS vão muito além da persecução dos objetivos declarados, representando sobretudo uma nova forma de planejar, financiar, executar, monitorar e reportar os resultados das políticas públicas, é que o Governo do Estado, por meio da Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social da Casa Civil (SGDES) e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná vêm trabalhando pela localização da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A estratégia de territorialização dos ODS no Paraná consiste no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de capacidades e ferramentas voltadas à melhoria das políticas, sua coerência e governança, de modo a torná-las capazes de oferecer soluções concretas e duradouras para megatendências globais, lançando

¹⁶ ONU (2023). Report of the Secretary-General (Special Edition) on Progress towards the Sustainable Development Goals: Towards a Rescue Plan for People and Planet. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>

luzes sobre cenários futuros e mecanismos de transição (energética, de resiliência aos impactos da mudança do clima, de padrões de consumo e dispensação de resíduos, envelhecimento da população, etc.), que integrem as dimensões econômica, social e ambiental dos problemas sociais.

A visão da estratégia do Paraná é a de que os processos envolvidos na localização da agenda global permitem a redução das desigualdades internas e criam meios de fortalecimento de políticas transversais, da coordenação multinível e multisetorial, aumentando a capacidade de investimento e a resiliência das cidades, com o aprendizado de práticas internacionais no enfrentamento de desafios sociais, a adoção de uma linguagem compreensível no mundo todo, de agentes financiadores a pesquisadores, o incremento na participação social, avanços na produção, domínio e disseminação de dados confiáveis, entre outros.

A ambição e o desafio dessa estratégia é engajar os 399 municípios do Estado na construção de um modelo de desenvolvimento baseado nas nossas prioridades e em evidências, que seja capaz de otimizar a coordenação entre os níveis de governo e entre os diferentes setores da sociedade paranaense.

O compartilhamento de informações por meio deste **Relatório Local Voluntário** é um primeiro passo no estabelecimento de um ambiente favorável à integração de atores e ações e sua publicação é, nesse sentido, uma chamada para o envolvimento de todos na identificação de lacunas e de oportunidades na construção do Paraná do Futuro.

No relatório são expostas informações e análises objetivas sobre nossos principais desafios e as conquistas a serem mantidas,

assim como as principais ferramentas de apoio que os municípios e a sociedade em geral têm ao seu dispor para que adotem uma abordagem integrada das dimensões social, econômica e ambiental em suas iniciativas e para que participem da definição de prioridades de médio e longo prazo, da elaboração e do acompanhamento das políticas públicas relevantes para o desenvolvimento de um estado mais inclusivo, resiliente, próspero e comprometido com as gerações futuras.

A discussão sobre meios de implementação dos ODS ou sobre a disponibilidade de indicadores, por exemplo, surgem como obstáculos à aceleração da implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável multidimensional.

Seguem recomendados alguns elementos que são considerados chave para o amadurecimento da estratégia e que devem ser amplamente discutidos, na busca pela integração de ações estratégicas já existentes, incluindo novos setores e atores, propiciando a criação de uma rede integrada de projetos que se beneficiem mutuamente, compartilhem bases de dados, contatos e fortaleçam a atuação conjunta entre governo, academia, setor privado e terceiro setor.

A construção de parcerias e o engajamento de novos setores, por meio da criação de mecanismos de diálogo e coordenação com associações de municípios, empresariais, de moradores, conselhos e outros.

A discussão de valores final e a priorização das metas ODS aplicáveis ao Estado e aos municípios.

A melhoria da articulação e coerência de iniciativas voltadas a enfrentar problemas comuns ou destinadas a públicos afins.

A integração de objetivos, metas e indicadores prioritários nos principais instrumentos de planejamento locais.

A comunicação entre relatórios locais e regionais e desses com o relatório nacional de desenvolvimento sustentável, assim como seu emprego como catalizador do desenho e da implementação, assim como do planejamento orçamentário de políticas públicas.

O fortalecimento da coleta de dados e estatísticas para o efetivo monitoramento e avaliação dos impactos das ações dos governos e de iniciativas de outros setores sociais, por meio de estudos sobre registros administrativos, dados geoespaciais, pesquisas acadêmicas, sistemas institucionais de fora do Poder Executivo e outras fontes de informação.

Capacitação e incentivos ao emprego, por parte dos gestores, dos indicadores – ênfase no planejamento de políticas públicas baseadas em evidências.

Esforços de harmonização de dados nacionais e regionais-locais.

Esforços de análise de correspondência entre os indicadores e a alocação de recursos orçamentários.

Esforços para a desagregação de dados para jovens, mulheres e outros públicos específicos.

Incremento da governança multinível, com o estabelecimento claro das responsabilidades, a coordenação e o alinhamento de estratégias nacionais, estaduais e municipais, por meio dos ODS e seus indicadores.

Incremento da governança horizontal, entre diferentes secretarias, para a quebra de silos e a criação de uma cultura de abordagem sistêmica dos problemas sociais.

Capacitação voltada à habilidade de levantar novas fontes de recursos para a execução de políticas, preparação e controle de novas formas de financiamento internacional, com base nas agendas de Financiamento para o Desenvolvimento.

Construção de capacidades por meio de plataformas de ensino dedicadas, formação de redes de aprendizado por pares, formação em planejamento de políticas para o desenvolvimento sustentável, manejo de riscos e transições, governança de dados, entre outros.

Criação de iniciativas de sensibilização e incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável em rotinas escolares e na cultura organizacional do setor público.

Para fins de disseminação, visando a ampliar a participação institucional e social nas discussões sobre a consolidação de estratégias de implementação dos ODS no Paraná e a criação de alternativas às lacunas identificadas e recomendações listadas, este Relatório Local Voluntário será disponibilizado em meio eletrônico e contará com diferentes campanhas de comunicação a partir de junho de 2025.

A arte da capa deste Relatório homenageia a obra **Homem-Pinheiro**, de autoria de **João Turin** (1878-1949).

SOBRE A **OBRA**

A partir do célebre desenho em que Leonardo da Vinci representou o Homem Vitruviano, no qual o corpo humano serve de módulo ou medida de todas as coisas, João Turin concebeu o Homem-Pinheiro - um índio de braços abertos, entre duas fileiras de pinheiros - que se tornaria simbólico, quase uma marca registrada do Movimento Paranista.

A obra foi capa da Revista Ilustração Paranaense, que circulou no final da década de 1920 e início da década de 1930, e é baixo-relevo em bronze (31,5 x 25 x 3,8 cm), que pode ser visto no Memorial Paranista, na capital do Estado, Curitiba.

SOBRE O **AUTOR**

Filho de imigrantes italianos e natural de Morretes-Paraná, João Turin é considerado um dos maiores escultores animalistas brasileiros. Tendo se formado na Bélgica e vivido por dez anos na França, retornou ao Brasil e fixou-se na capital, Curitiba, cidade onde viveu os anos mais produtivos de sua carreira. Ao lado de João Ghelfi e Lange de Morretes, criou o Paranismo, movimento artístico do qual se tornou o maior expoente. Com os felinos "Tigre esmagando a cobra" e "Luar do Sertão", foi laureado no Salão de Belas Artes do Rio de Janeiro com a medalha de prata, em 1944, e a de ouro, em 1947, respectivamente.

O movimento Paranista, que tomou corpo durante a década de 1920 e seguiu ativo nos primeiros anos da década de 1930, consistiu em proposta estética que propunha valorizar a identidade regional por meio da representação artística de símbolos naturais do estado, tais como o pinheiro, o pinhão, a onça e a gralha-azul.

Visite: https://joaoturin.com.br/turin_arq_menu/

O Governo do Estado do Paraná, por meio da Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social, e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná agradecem à Família Ferrari Lago pela autorização de uso da imagem do Homem-Pinheiro. Responsável por realizar o resgate ponta a ponta do acervo do artista, iniciativa inédita no âmbito brasileiro das artes, essa Família tornou possível revelar a magnitude do trabalho de João Turin. A partir desse projeto, foram realizadas três grandes exposições em Curitiba (MON, 2014), Rio de Janeiro (MNBA, 2015) e São Paulo (Pinacoteca, 2016), além de viabilizar a criação do Memorial Paranista (2021), espaço público dedicado ao artista, que expõe mais de 100 de suas obras, sendo a maioria delas obras doadas pela Família Ferrari Lago ao Estado do Paraná. No Memorial Paranista, O Homem-Pinheiro de Turin está em destaque, em tamanho ampliado, valorizando a identidade paranaense e simbolizando a força do povo que aqui vive.



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ